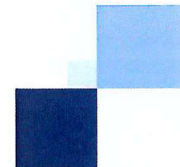


ÁGUAS DA
AZAMBUJA



**RELATÓRIO
E CONTAS**

2022



ÍNDICE

1.	SÍNTESE DE DADOS / INDICADORES	3
2.	MENSAGEM DO PRESIDENTE	4
3.	APRESENTAÇÃO DA EMPRESA.....	5
4.	OBJETO DA SOCIEDADE	7
5.	MISSÃO E POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO	8
6.	SINTESE DE ATIVIDADE EM 2022.....	10
7.	PERSPETIVAS PARA O FUTURO.....	30
8.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
9.	OUTRAS INFORMAÇÕES	32
10.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	33
11.	CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2022 E RESPETIVO ANEXO	34

1. SÍNTESE DE DADOS / INDICADORES

Indicadores Financeiros

		2020 reexpresso	2021	2022
Capital Social	Eur	50 000	50 000	50 000
Capital Próprio	Eur	3 065 366	3 363 569	3 962 649
Ativo Líquido Total	Eur	11 328 056	11 173 667	10 651 696
Volume de Negócios	Eur	3 960 338	3 882 232	4 135 555
EBITDA Ajustado (<i>Cash Flow Operacional</i>)	Eur	1 286 643	1 131 336	1 479 776
EBIT (Resultado Operacional)	Eur	871 584	628 700	917 951
Resultados Antes de Impostos	Eur	693 354	477 300	775 057
Resultado Líquido do Exercício	Eur	531 838	298 203	599 080
Rentabilidade dos Capitais Próprios	%	17,35%	8,87%	15,12%
Rentabilidade do Ativo	%	4,69%	2,67%	5,62%
Autonomia Financeira	%	27,06%	30,10%	37,20%
Nº de Colaboradores em 31 Dezembro	nº	11	14	13

Indicadores de Atividade

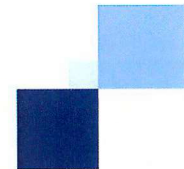
		2020	2021	2022
Nº de Municípios Abastecidos	nº	1	1	1
Área Geográfica Abrangida	Km2	262	262	262
População Residente na Área Abrangida	nº	21 814	21 814	21 814

Abastecimento

		2020	2021	2022
Nº de Clientes	nº	10 177	10 301	10 381
População Servida	nº	21 378	21 378	21 378
Volume de Água Vendida	(10 ³ m3)	1 260	1 255	1 236

Saneamento

		2020	2021	2022
Nº de Clientes	nº	9 641	9 718	9 826
População Servida	nº	18 519	18 519	18 519
Efluente Facturado	(10 ³ m3)	944	924	905



2. MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2022 foi, tal como previsto, marcado pelo alívio das medidas da situação epidemiológica da COVID-19 e marcado profundamente pelo conflito armado provocado pela invasão da Rússia à Ucrânia. Esta guerra entre duas nações de grande dimensão teve impactos enormes na economia a nível mundial, provocando grandes subidas dos custos de energia e com consequências na generalidade dos bens de consumo. Esta situação originou oscilações graves nos níveis de inflação que há muito não se viam na Europa. Nesta fase ainda não podemos prever se existirá espaço para uma escalada na dimensão do conflito armado, quer em termos de intensidade ou do número de países envolvidos, a esperança é que esta guerra acabe rapidamente e que a ordem mundial seja restabelecida com o respeito pela autonomia de cada país.

A Águas da Azambuja, tratando-se de uma entidade que presta um serviço público, trabalhou sempre muito influenciada por esta conjuntura, o aumento de preços de bens e serviços muitas vezes acompanhado de roturas de stocks, teve elevado impacto nas suas operações, quer no que diz respeito ao aumento dos gastos como em relação à procura que não atingiu ainda os níveis esperados. Contudo a empresa manteve-se consciente da importância que tem a sua atividade, focada em manter não só o serviço como também os elevados níveis de qualidade do mesmo.

A Águas do Azambuja já provou ao longo dos anos que é uma empresa resiliente, mantemos a convicção no nosso trabalho e a capacidade de fazer bem, procurando trabalhar sempre em conjunto com a Concedente e demais entidades relacionadas, com o objetivo principal da melhoria contínua do serviço prestado aos nossos clientes.

O Presidente do Conselho de Administração

Paulo Jorge Almeida Oliveira

3. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

3.1. BREVE HISTORIAL

A sociedade AdAz - Águas da Azambuja, SA, foi constituída a 10 de março de 2009, em resultado da adjudicação do Concurso Público Internacional lançado pelo Município de Azambuja em abril de 2007, para a Concessão da exploração e gestão conjunta dos serviços municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha e rejeição de águas residuais no concelho.

Em 11 de maio de 2009 foi celebrado o Contrato de Concessão entre o Município de Azambuja e a Águas da Azambuja, S.A. No dia 11 de julho de 2009 deu-se início ao arranque da fase de exploração da concessão (período de funcionamento normal), que se irá prolongar por um período de 30 anos. Após esta data a responsabilidade da gestão técnica, operacional e administrativa dos sistemas municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha e rejeição de águas residuais passou para a empresa Águas da Azambuja.

Em junho de 2011 foi apresentado ao Município um pedido de reequilíbrio da Concessão por força de alterações legislativas significativas, nomeadamente a publicação do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, cujo prazo de adaptação terminou a 20 de agosto 2012 e de condicionantes várias, relativamente ao Caso Base anexo ao Contrato de Concessão. Este pedido resultou num processo negocial mais alargado de revisão do Contrato de Concessão iniciado em janeiro de 2012 e que culminou em dezembro de 2012 na estabilização da Minuta de Aditamento. Após parecer da Entidade Reguladora (ERSAR) em abril de 2015, a minuta de Aditamento foi aprovada pelo município em Assembleia Municipal em junho de 2015.

No dia 23 de junho de 2016 foi assinado o 1º aditamento ao Contrato de Concessão, que entrou em vigor no dia 22 de agosto de 2016, após análise e despacho do Tribunal de Contas. Concluiu-se assim o processo de reequilíbrio da Concessão e retomou-se a implementação de um conjunto de ações relacionadas com o aditamento, nomeadamente o Plano de Investimentos, o Regulamento de Serviços, o Tarifário e o processo de revisão de tarifas. A 23 de agosto de 2019, é publicado em Diário da República o Regulamento Geral de Águas de Abastecimento e Águas Residuais do Município de Azambuja, aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal de Azambuja de 18 de junho de 2019.

No final de outubro de 2019 foram concluídas as obras do Plano de Investimentos revisto, associadas ao abastecimento de água (Obras FA01/FA11), promovendo assim a estruturação do sistema de abastecimento no eixo Aveiras-de-Cima | Alcoentre. O funcionamento integral deste sistema está condicionado à estabilização do reforço da capacidade adução por parte da AdVT | EPAL ao reservatório de Alcoentre.

Relacionado com o Plano de Investimentos inicial, será de realçar a conclusão de todos os trabalhos relativos à rubrica “Outros investimentos a realizar por indicação da Concedente” com a construção e arranque do Sistema Elevatório de Casais da Caneira, alargando assim a cobertura de serviço a esta área da Freguesia de Aveiras-de-Cima.

A execução do Projeto de ligação da zona industrial de Azambuja / Vila Nova da Rainha à rede de drenagem de águas residuais domésticas passou a ser desenvolvida em articulação com a IP-Infraestruturas de Portugal, S.A. no âmbito dos projetos de remodelação da EN 3 em Azambuja, encontrando-se a aguardar igualmente o consentimento por parte da AdTA para a ligação deste sistema ao subsistema de Casais de Baixo.

Relativamente às condicionantes impostas pelo atraso na conclusão do Plano de Investimentos por parte da entidade em alta AdTA no Município de Azambuja, salienta-se o arranque do Sistema Intercetor de Casais das

Boiças em janeiro de 2020 e a conclusão do Sistema Intercetor de Vila Nova de São Pedro e Casais de Além em outubro de 2021.

Pelo impacto na normal exploração dos sistemas, destacamos as interações impactantes dos sistemas em alta que subsistem no Município de Azambuja: i) não transição do sistema elevatório de Casais da Areia, em conjunto com o reforço das captações no ponto de entrega de Alcoentre, por parte da AdVT | EPAL; e ii) o consentimento por parte da AdTA, ou as condicionantes impostas, para a ligação do sistema intercetor da Zona Industrial de Azambuja.

3.2. ESTRUTURA ACIONISTA

A Águas da Azambuja é uma Empresa com um capital de 50.000 euros, com a seguinte Estrutura Acionista:

Aquapor – Serviços, S.A.	74,98%
Ecolpact, S. A	25,00%
Luságua – Serviços Ambientais, S. A	0,01%
Luságua Alcanena - Gestão de Águas, S. A	0,01%

3.3. ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral:

Sr. António Manuel Paredes Pereira da Cunha

Sr.ª Maria da Piedade Rosa Pragosa Moreira – Secretária.

Conselho de Administração:

Eng.º Paulo Jorge Almeida Oliveira – Presidente;

Eng.º Tiago Azevedo Fernandes de Carvalho – Vogal;

Dr. António José Martins de Sousa Lucas – Vogal.

Órgão de Fiscalização:

Fiscal Único: Deloitte & Associados - SROC S.A., representada por Ana Alexandra Dornelas Pinheiro.

Suplente do Fiscal Único: João Carlos Henriques Gomes Ferreira

4. OBJETO DA SOCIEDADE

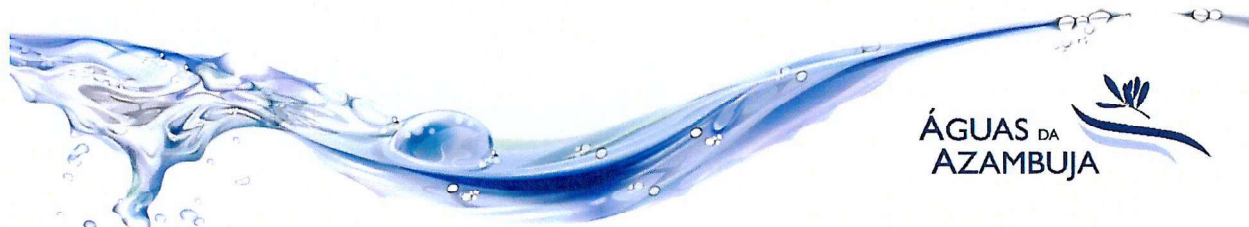
OBJETO

A sociedade tem por objeto a exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de distribuição de águas e de recolha e rejeição de águas residuais em sistemas unitários e separativos na área do Município de Azambuja, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as Instalações, Infraestruturas e Equipamentos que compõem os sistemas concessionados, bem como de recolha, transporte e encaminhamento adequado de Águas Residuais provenientes de fossas particulares domésticas e industriais.

(art.º 3 dos Estatutos da Sociedade)

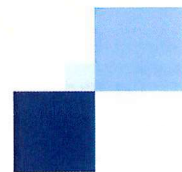
Com o apoio

ÁGUAS DA AZAMBUJA



O objeto da Sociedade traduz-se na:

- (i) Exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha e rejeição de águas residuais do Município de Azambuja por um período de 30 anos;
- (ii) Execução das obras do Plano de Investimentos da Concessionária, tendo em vista a persecução dos objetivos de 98% de cobertura da população em abastecimento de água e de 95% de cobertura da população em drenagem de águas residuais.



5. MISSÃO E POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO

5.1. MISSÃO

Satisfazer as necessidades no domínio do abastecimento de água e saneamento de forma eficiente, garantindo o abastecimento em quantidade e qualidade, promovendo elevados índices de satisfação das populações, potenciando a sua atividade como ferramenta de apoio ao desenvolvimento económico e social a nível local e assegurando a preservação do ambiente.

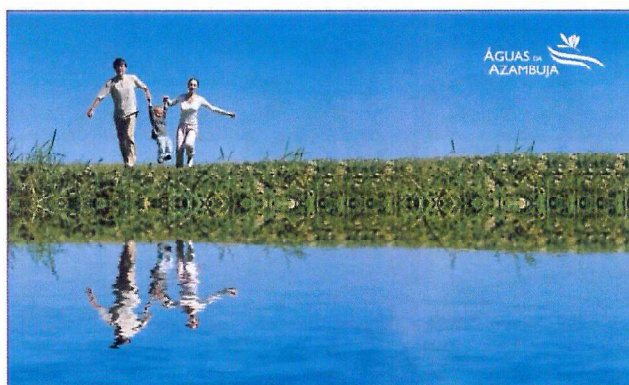
5.2. VISÃO

Ser uma Concessão que se constitua como marca de confiança dos seus clientes, pela excelência do serviço público prestado.

5.3. VALORES

A Águas da Azambuja pretende manter uma cultura própria através da assunção dos seguintes valores:

- Dinamismo e Profissionalismo;
 - Espírito de Equipa;
- Criação de valor;
- Respeito pelo ambiente;
- Ética;



5.4. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

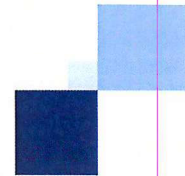
Os objetivos estratégicos, ordenados pelas diferentes áreas da empresa, são os seguintes:

Global:

- Cumprir o contrato de concessão e fomentar o bom relacionamento com a Entidade Concedente;
- Adequar todos os contratos associados ao contrato de concessão às necessidades da empresa;
- Promover a eficácia na gestão;
- Contribuir para o desenvolvimento económico e social da região e promover a integração da empresa na comunidade.

Recursos Humanos:

- Otimizar a Formação dos colaboradores da empresa;
- Potenciar as competências da empresa;
- Incentivar a comunicação interna e o espírito de equipa;
- Criar mecanismos de coordenação e de partilha de informação.



Área Técnica:

- Assegurar a fiabilidade no abastecimento de água e recolha de águas residuais;
- Garantir uma adequada qualidade da água distribuída;
- Reduzir o número de consumos ilícitos;
- Reduzir o número de afluência indevidas;
- Redução das perdas na rede de água.

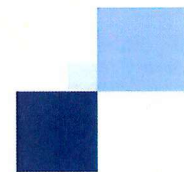
Área Comercial:

- Promover a excelência na qualidade do serviço e melhorar a qualidade de vida dos nossos clientes criando alternativas;
- Desenvolver novos produtos e serviços procurando a satisfação do cliente;
- Aumentar a notoriedade da empresa e o conhecimento do mercado, como alavanca à expansão do negócio;

Área Financeira:

- Maximizar a criação de valor;
- Otimizar os proveitos operacionais;
- Otimizar os custos da estrutura.





6. SÍNTESE DE ATIVIDADE EM 2022

6.1. ENVOLVENTE EXTERIOR

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Geral

A análise da conjuntura reflete uma alteração profunda no enquadramento internacional, decorrente do impacto da invasão da Ucrânia pela Rússia.

A guerra na Ucrânia, cuja duração e desfecho se mantêm incertos, teve como consequência imediata uma escalada nos preços do gás natural e do petróleo, bem como de diversas matérias-primas industriais e agrícolas.

A taxa de inflação atingiu um máximo histórico na área do euro e o valor mais elevado dos últimos 40 anos nos EUA; acompanhado de uma rápida subida das taxas de juro e da forte depreciação do euro face ao dólar.

De acordo com a informação histórica do Banco de Portugal e EMMI, a evolução da Euribor nos últimos 3 anos foi a seguinte (valores médios no fim do período):

	2020	2021	2022
Euribor 1M	-0,50%	-0,56%	-0,01%
Euribor 3M	-0,42%	-0,55%	0,23%
Euribor 6M	-0,34%	-0,52%	0,53%
Euribor 12M	-0,30%	-0,49%	0,92%

Fonte: EMMI (valores médios de fim de período)

Portugal

A economia portuguesa desacelerou, mas manteve crescimento acima da área do euro.

O PIB registou uma variação homóloga em termos reais de 6,8% (mais 1.3 p.p.), registando contributos mais fracos quer da procura interna, quer do investimento, pelo contexto de incerteza e restrições da oferta – materiais e mão de obra e aperto nas condições de financiamento.

O crescimento do consumo privado ocorreu num contexto de recuperação do nível pré-pandémico, as famílias aumentaram o consumo de bens e serviços cuja despesa tinha sido adiada nos dois anos anteriores.

O consumo público abrandou refletindo a redução dos efeitos associados à pandemia, nomeadamente um menor crescimento do emprego nas administrações públicas.

No mercado de trabalho, verifica-se uma redução da taxa de desemprego em 0,7 p.p, estimando-se uma situação próxima do pleno emprego.

Relativamente à evolução nos preços, a inflação, medida pelo Índice de Preços no Consumidor (IPC), aumentou ao longo de 2022 de forma rápida e persistente situando-se em 7,8% no ano (1,3% em 2021).

A taxa de variação média anual do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) situou-se em 8,1%, (aumento de 7,2p.p. face ao ano de 2021).

Apresentam-se em seguida as taxas de variação anual dos principais indicadores económicos, com base na informação do Banco de Portugal e do INE:

Taxa de variação anual	2020	2021	2022
PIB	-8,4%	5,5%	6,8%
IPC	0,0%	1,3%	7,8%
IHPC	-0,1%	0,9%	8,1%
Desemprego	7,0%	6,6%	5,9%
Consumo Privado*	-7,1%	4,7%	5,9%
Consumo Público*	0,4%	4,6%	2,0%
Exportações*	-18,6%	13,5%	17,7%
Importações*	-12,1%	13,3%	11,1%

Fonte: Banco de Portugal e INE (Base 2012)

* Dados Dezembro de 2022

ENQUADRAMENTO DO SETOR 2022

Ao nível nacional, encontra-se em curso o planeamento estratégico PENSAARP 2030 – Plano Estratégico para o Setor de Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais no horizonte temporal de 2021 a 2030. Este plano estratégico tem como objetivos globais a promoção da eficácia, eficiência e sustentabilidade dos serviços e a valorização do ambiente, da economia e da sociedade através dos mesmos serviços.

Portugal - Atividade do Setor

De acordo com o RASARP 2022, existem atualmente em Portugal 354 entidades gestoras, das quais 240 com atividade de abastecimento público de água, 237 com atividade de saneamento de águas residuais urbanas e 258 com atividade na gestão de resíduos urbanos.

O setor é caracterizado por uma grande diversidade de realidades, não apenas ao nível do modelo de gestão adotado, mas também em relação à escala e recursos económico-financeiros e técnicos das entidades gestoras.

Segundo a ERSAR (RASARP, 2022), no abastecimento de água em alta, verifica-se que as concessões multimunicipais abrangem o maior número de municípios (174) e de população (5,1 milhões habitantes), sendo também o modelo que cobre a maior parte do território nacional, cerca de 71%.

No saneamento em “alta”, o tipo de modelo com maior representatividade é igualmente o das concessões multimunicipais, com 202 municípios e 7 milhões de habitantes, abrangendo 74% da área territorial.

Entidades Gestoras em "Alta"	Água	Saneamento	Resíduos Urbanos
Concessões Multimunicipais	6	8	12
Concessões Municipais	4	2	-
Delegações estatais	1	-	-
Parcerias Estado / Municípios	1	1	-
Empresas Municipais ou Intermunicipais	1	-	9
Associações de Municípios	-	1	2
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	3	-	-
Serviços Municipais	2	-	-
TOTAL	18	12	23

Fonte: ERSAR, RASARP, 2022

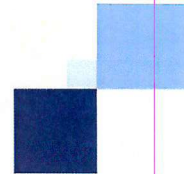
Na vertente da “baixa”, existem em Portugal 232 entidades no abastecimento de água e 225 no saneamento de águas residuais, repartidas por 7 e 5 modelos de gestão, respetivamente.

Nos serviços de abastecimento de água em “baixa”, os serviços municipais são o modelo com maior representatividade, abrangendo cerca de 2,6 milhões de habitantes e 156 concelhos, seguindo-se os serviços municipalizados ou intermunicipalizados, com 2,2 milhões de habitantes e 20 concelhos, as empresas municipais ou intermunicipais, com 2,2 milhões de habitantes e 58 concelhos e as concessões municipais, com cerca de 1,8 milhões de habitantes e 31 concelhos.

Ao nível do saneamento de águas residuais em “baixa”, os serviços municipais também têm a maior representatividade, abrangendo cerca de 3,2 milhões de habitantes e 155 concelhos, seguindo-se os serviços municipalizados ou intermunicipalizados, com 2,2 milhões de habitantes em 19 concelhos, as empresas municipais ou intermunicipais, com 2,2 milhões de habitantes em 58 concelhos, as concessões municipais, com 1,7 milhões de habitantes em 23 concelhos, e as parcerias Estado/Municípios, com 0,8 milhões de habitantes distribuídos por 25 concelhos.

Entidades Gestoras em "Baixa"	Água	Saneamento	Resíduos Urbanos
Concessões Multimunicipais	1	-	-
Concessões Municipais	26	23	-
Delegações estatais	1	-	-
Parcerias Estado / Municípios	3	3	-
Empresas Municipais ou Intermunicipais	28	27	20
Associações de Municípios	-	-	2
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	18	17	8
Serviços Municipais	155	155	207
TOTAL	232	225	237

Fonte: ERSAR, RASARP, 2022



No que se refere à avaliação da qualidade de serviço, a **acessibilidade física dos serviços** de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, ambos em “baixa”, é atualmente considerada boa para o território continental (RASARP, 2022).

Abastecimento de água em Portugal continental Serviço em baixa		Saneamento de águas residuais em Portugal continental Serviço em baixa	
Área predominantemente urbana	99%	Área predominantemente urbana	98%
Área mediantemente urbana	96%	Área mediantemente urbana	87%
Área predominantemente rural	94%	Área predominantemente rural	73%

Fonte: ERSAR, RASARP, 2022

No que se refere aos restantes indicadores, sem prejuízo do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelas entidades gestoras, o RASARP 2022 destaca como principais oportunidades de melhoria nos serviços em baixa:

- Abastecimento de água – resposta a reclamações e sugestões, adesão ao serviço, reabilitação de condutas e encaminhamento adequado de lamas do tratamento. Note-se que também a água não faturada ainda atinge um valor de 28,8%.
- Saneamento de águas residuais – ocorrência de inundações, resposta a reclamações e sugestões, adesão ao serviço, reabilitação de coletores, controlo de descargas de emergência e cumprimento da licença de descarga.

Em termos de número de concessões municipais de abastecimento de água em baixa, entre as 26 concessões existentes, a Aquapor detém 10, representando 44,9 % em termos do número de alojamentos servidos por concessões, a que se acresce a Luságua Lisboa que faz a gestão da área do Porto de Lisboa.

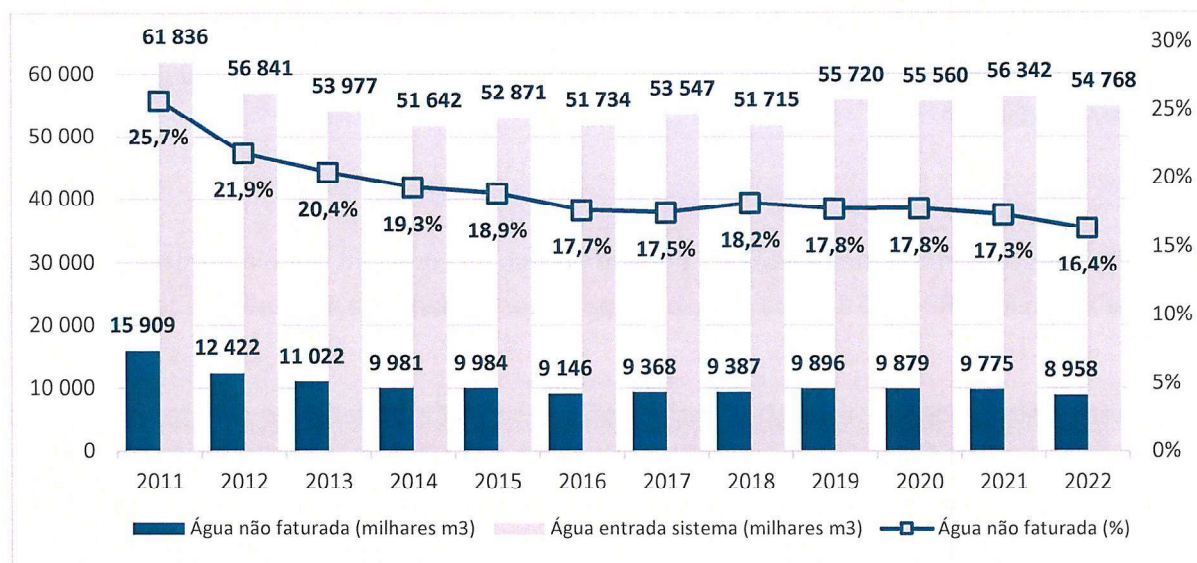
Entidades Gestoras - Baixa	Nº Entidades	Alojamentos existentes (milhares)	Água Entrada Sistema (milhares m ³)	Água não faturada (%)
GRUPO AQUAPOR	10	405	56 086	17,3
Concessões Municipais	26	903	106 729	17,6
País	232	5 621	824 002	28,8

Fonte: ERSAR, RASARP, 2022

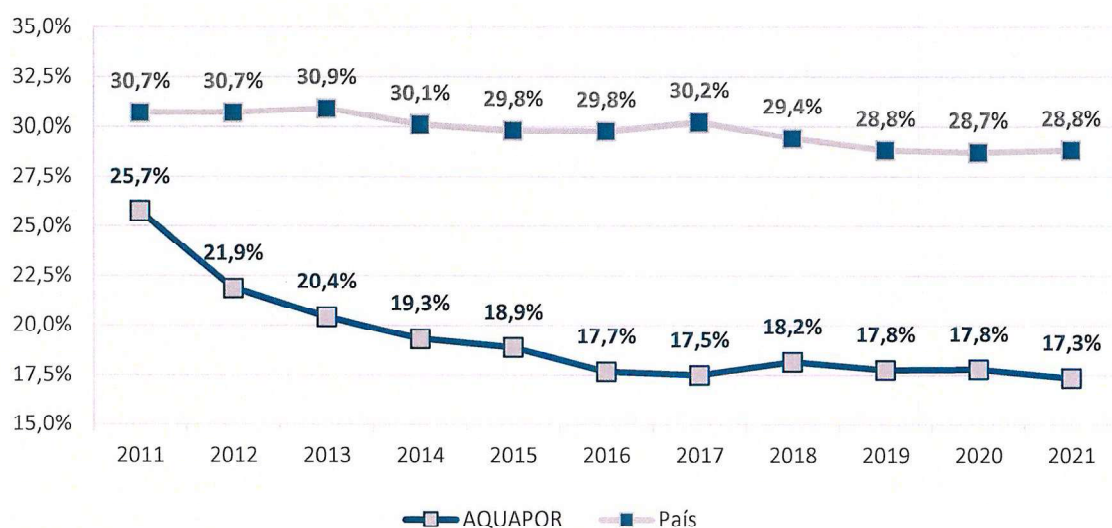
Quanto à **água não faturada**, segundo o RASARP 2022, a média continental foi de 28,8% referente ao ano de 2021, enquanto a média do Grupo Aquapor foi de 17,3 % no mesmo período. A tabela e gráfico seguintes refletem a evolução do Grupo Aquapor ao longo dos últimos anos, já contemplando o ano de 2022, em que o nível de água não faturada foi de 16,4%.

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Água entrada sistema (*)	61 836	56 841	53 977	51 642	52 871	51 734	53 547	51 715	55 720	55 560	56 342	54 768
Água não faturada (*)	15 909	12 422	11 022	9 981	9 984	9 146	9 368	9 387	9 896	9 879	9 775	8 958
Água não faturada (%)	25,7%	21,8%	20,4%	19,3%	18,9%	17,7%	17,5%	18,1%	17,8%	17,8%	17,3%	16,4%
Clientes (Nº)	382 294	379 695	378 019	378 537	378 628	378 426	382 407	385 536	401 642	403 810	408 060	411 625

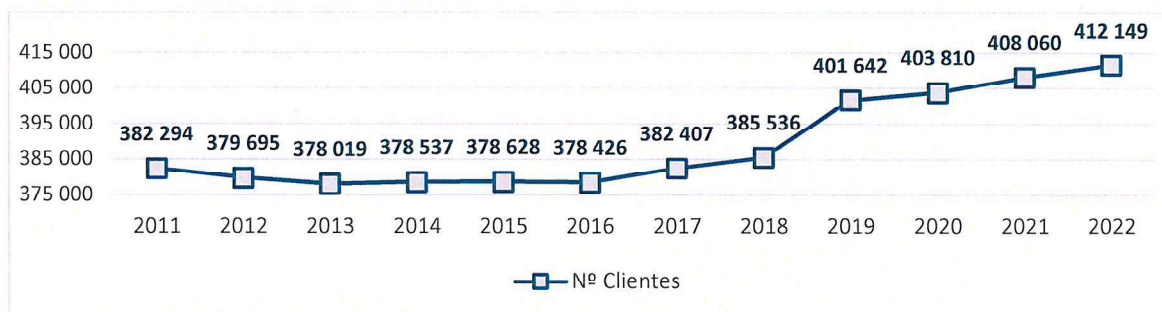
(*) Valores em milhares m³



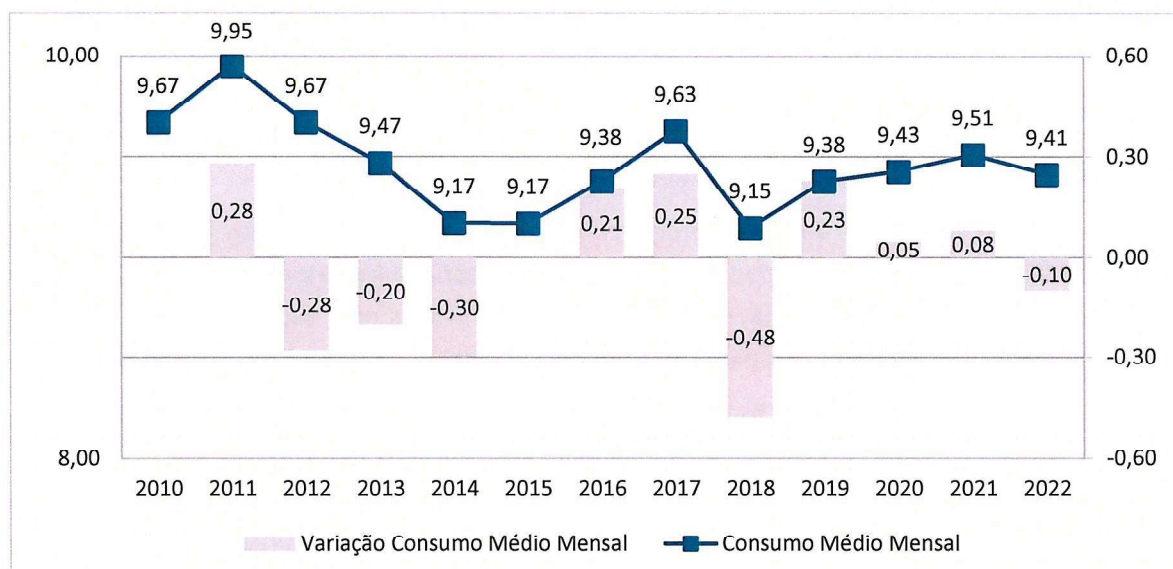
No gráfico seguinte efetua-se a comparação da evolução da água não faturada do Grupo AQUAPOR com a média do País dos últimos anos, de acordo com os dados disponíveis no RASARP.



No gráfico seguinte, apresenta-se a evolução crescente contínua do número de clientes registada nos últimos anos.



Quanto ao **consumo**, para o universo de municípios e clientes servidos pelo Grupo Aquapor, verifica-se um ligeiro decréscimo de 0,10 m³/Cliente/mês, situando-se em 9,41 m³/Cliente/mês.



6.2. ENQUADRAMENTO LOCAL

A Águas da Azambuja é a Concessionária por um período de 30 anos, em regime de exclusividade, dos sistemas de distribuição de água para consumo público e de recolha e rejeição de águas residuais do Município de Azambuja, com uma área geográfica de 262 km², uma população de 21.814 habitantes¹, cerca 8.200 famílias e 11.900 alojamentos clássicos.

É uma Concessão Municipal, operando em baixa, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 379/93, de 5 de novembro e do Decreto-Lei n.º 194/2009 de 20 de agosto. Os serviços de fornecimento de água e o tratamento de águas residuais em alta foram assegurados pela empresa Águas do Oeste S.A., concessionária do Sistema Multimunicipal da região do Oeste, até junho de 2015 e pela empresa Águas de Lisboa e Vale do Tejo até junho

¹ INE – Resultados CENSOS 2021 (dados provisórios).

de 2017. No início do 2º semestre de 2017 e na sequência da nova reestruturação do setor das águas ao nível dos sistemas multimunicipais através da cissão de alguns dos sistemas multimunicipais, a empresa Águas do Vale do Tejo, S.A. (AdVT) passou a ser a entidade gestora em alta na área do abastecimento e a empresa Águas do Tejo Atlântico, S.A. (AdTA) a entidade gestora em alta responsável pelo tratamento de águas residuais.

A atividade económica do Concelho da Azambuja assenta fundamentalmente em agricultura e florestas integradas em fileira de produção e, mais recentemente, serviços de transportes e logística. O concelho de Azambuja adquiriu, a nível nacional, apoiado nas excelentes acessibilidades e centralidade, uma posição de relevo na área da logística, desde a logística mais banal à logística de elevada rentabilidade e de maior especialização.

O Concelho da Azambuja encontra-se assim integrado numa região metropolitana alargada, situando-se numa área que concentra parte significativa da produção nacional e da população residente no país. Este quadro favorável e de proximidade tem permitido a consolidação dos setores industrial, da logística e dos transportes e o desenvolvimento do sector agroflorestal, assim como a criação de atividades complementares, de cariz cultural e turístico.

Os resultados dos Censos de 2011 indicam para o Concelho da Azambuja um crescimento populacional na ordem dos 3% na década 2001-2011 e um aumento significativo do número de alojamentos disponíveis que se traduzem em mais 17% de oferta, quando comparado com o ano de 2001.

A distribuição espacial da população no território concelhio apresenta um padrão de concentração em pequenos aglomerados dispersos um pouco por todo o território, bipolarizado por dois núcleos mais relevantes – Azambuja e Aveiras de Cima – e apoiado noutros núcleos com alguma dimensão à escala do Concelho, designadamente Alcoentre, Manique do Intendente, Vale do Paraíso e Vila Nova da Rainha.

Em termos de dinâmica demográfica das freguesias, a evolução recente tem sido caracterizada pelo acentuar das assimetrias intra-concelhias, as quais se têm apoiado em dois mecanismos distintos, mas complementares nesse processo: concentração dos ganhos populacionais nas freguesias de Aveiras de Cima e Azambuja, devido às condições de acessibilidade rodoviária e com maior dinamismo económico; perdas demográficas nas freguesias mais afastadas dos eixos viários estruturantes, mais rurais, designadamente Manique do Intendente e Vale Paraíso.²

6.3. REGULAÇÃO

A atividade de Águas da Azambuja é regida por:

- Contrato de concessão de exploração e gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de águas e de recolha e rejeição de águas residuais em sistemas unitários e separativos na área do Município de Azambuja, estabelecido com o Município de Azambuja em 11 de maio de 2009, com a duração de 30 anos;
- Primeiro aditamento ao Contrato de Concessão celebrado a 23 de junho de 2016;
- O Tarifário de Abastecimento de Água e de Drenagem de Águas Residuais, que contempla, na sua fórmula de revisão tarifária, a variação do Índice de preços ao consumidor (IHPC – Índice Harmonizado de Preços

² Revisão do Plano Diretor Municipal da Azambuja - Avaliação Ambiental Estratégica, abril de 2010, elaborado por Traço e Ambiente, Lda. atualizado com base nos resultados dos CENSOS 2011

ao Consumidor publicado pelo Banco de Portugal) e os encargos associados à compra de água e ao tratamento de efluentes em alta;

- O Regulamento Geral de Águas de Abastecimento e Águas Residuais do Município de Azambuja, publicado a 23 de agosto de 2019 que estabelecem e definem as regras da relação comercial com os Utilizadores e as condições a que devem obedecer os sistemas de distribuição pública e predial na área de intervenção da Águas da Azambuja;
- A Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos – ERSAR, que é a entidade que regula todos os serviços públicos de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos e simultaneamente é a autoridade competente para a qualidade da água para consumo humano.

A ERSAR realiza, anualmente, a avaliação da qualidade de serviço das entidades gestoras, que decorre com o envio dos dados até 31 de março, auditoria e validação final, após o período de contraditório. Em 2021 a ERSAR deu continuidade à avaliação de desempenho referente ao ano de 2020, divulgada publicamente pela ERSAR através do RASARP (Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal).

Com uma periodicidade anual, a Águas da Azambuja, enquanto entidade gestora, tem ainda a responsabilidade de submeter à aprovação da ERSAR os Planos de Controlo da Qualidade da Água para o ano seguinte, relativos ao fornecimento de água em baixa e em alta ao município do Cadaval.

- Autoridade Concelhia de Saúde – a atuação desta entidade abrange a atividade da concessão, através da vigilância sanitária da qualidade da água fornecida pela Águas da Azambuja, que é feita de modo regular ao longo do ano. Para além dos ensaios realizados à água distribuída à população, foram também promovidas reuniões com a Autoridade de Saúde, para análise dos programas de controlo de qualidade da água implementados.

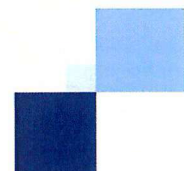
Legislação geral do sector, sendo de realçar a publicação do Decreto-lei n.º 152/2017 de 07 de dezembro, que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 306/2007 de 27 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 92/2010 de 26 de julho, que estabelece o regime da qualidade da água para consumo humano.

6.4. RECURSOS HUMANOS

A empresa tem ao seu serviço 13 colaboradores distribuídos, em termos de vínculo contratual, da seguinte forma:

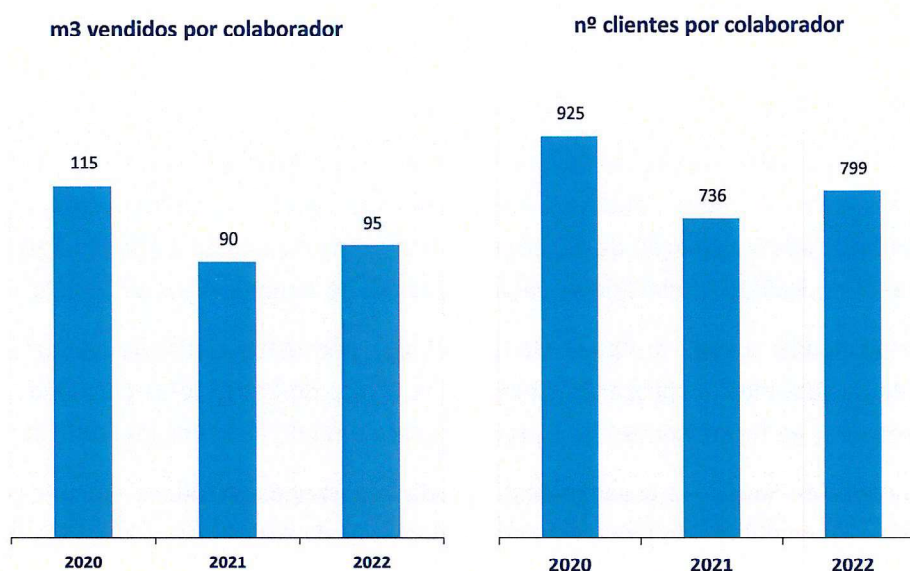
Colaboradores				
	2020	2021	2022	Var. %
Contrato sem Termo	7	11	11	0%
Contrato Termo Certo	4	3	2	-33%
Total	11	14	13	-7%

Saídas e Admissões				
	2020	2021	2022	Var. %
Admissões	2	1	0	
Saídas	1	0	1	
Total	1	1	(1)	-200%



O número de colaboradores diminuiu em relação ao ano anterior, registando-se uma demissão.

Em termos de eficiência dos recursos humanos verifica-se de 2021 para 2022, um aumento ao nível dos m³ vendidos por n.º de colaborador e um aumento do rácio n.º de colaboradores por cada 1000 clientes, inerentes ao aumento do número de colaboradores.

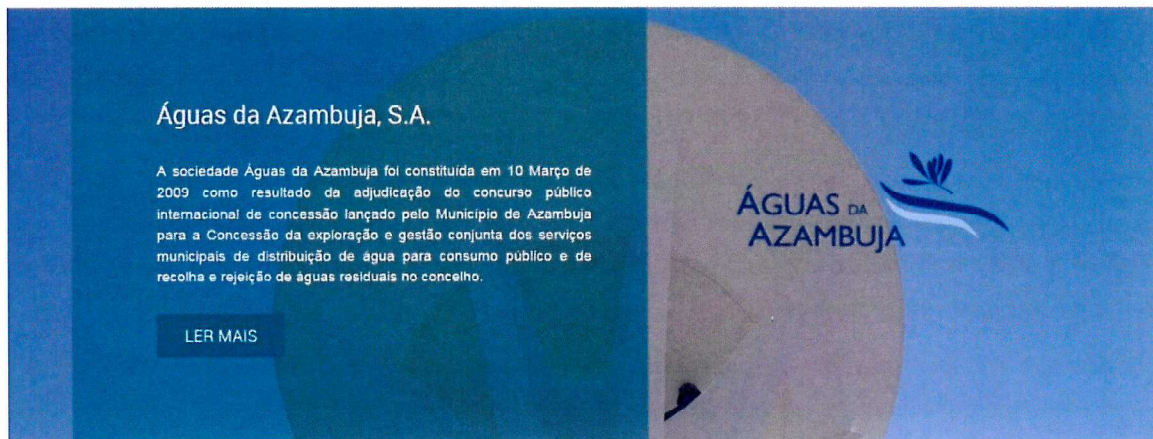


6.5. REGRAS SOCIETÁRIAS

A empresa rege-se pelo definido no seu pacto social. A Assembleia Geral reúne obrigatoriamente nos três primeiros meses de cada ano, nos termos do disposto no artigo 366º do Código das Sociedades Comerciais e sempre que requerida por um ou mais acionistas com capacidade para o fazerem.

A gestão da sociedade é assegurada por um Conselho de Administração composto por três membros, e que reúne, no mínimo, uma vez em cada trimestre. A gestão corrente da sociedade é realizada pelo Diretor Geral por delegação de competências no âmbito do mandato conferido pelo Conselho de Administração.

As regras definidas pelos acionistas, através de regulamentos e comunicações internas, estabelecem os princípios, regras e condutas a adotar no desenvolvimento da atividade da empresa, em particular do controlo orçamental, regras contabilísticas, pessoal e limite de competências para a aprovação de compras e realização de investimentos.



6.6. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2022

Factos Relevantes

Como factos relevantes, é de destacar: i) a manutenção dos efeitos da situação pandémica vivida à escala global e a alteração dos hábitos económico sociais de todos as Partes Relacionadas com a Águas da Azambuja; ii) a crise global de combustíveis e energia com impacto direto na atividade da empresa e nos seus fornecedores através da escalada de preços; e iii) a guerra na Ucrânia com todas as consequências associadas.

Apesar destes constrangimentos, a Águas da Azambuja assegurou sempre a continuidade do serviço de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais, tendo sido consolidada a transição digital ao nível do relacionamento com os utilizadores e implementadas, com o suporte acionista, um conjunto de medidas de otimização na utilização dos recursos disponibilizados. De salientar ainda, as ações relacionadas com a situação de seca extrema vivida no país até ao final de outubro de 2022.

Apesar de todas as condicionantes e restrições impostas, verificou-se uma estabilidade do negócio sustentada nos consumos domésticos e na principal atividade económica do concelho relacionada com a logística alimentar.

A Câmara Municipal de Azambuja e a EPAL/AdvT, deram continuidade à formalização das condições necessárias ao reforço das captações em Alcoentre, solução acordada em 2021, e que irá potenciar o sistema de abastecimento de água: FA01/FA11 – Reforço do Abastecimento de Água no eixo Alcoentre / Aveiras-de-Cima / Aveiras-de-Baixo, infraestrutura essencial para uma eventual expansão da área industrial Norte de Aveiras de Cima, criando assim as condições necessárias ao funcionamento integral deste sistema adutor concluído em 2019.

Na freguesia de Azambuja, foram concluídos no início do ano de 2022 os trabalhos relacionados com a setorização da rede, tendo sido criadas cinco zonas de medição e controlo que permitiram melhorar o desempenho do sistema e otimizar a pressão de serviço, com a consequente melhoria dos níveis de conforto.

Destaque ainda para a conclusão em 2022 dos trabalhos de levantamento cadastral integral dos sistemas de abastecimento de água e águas residuais do Concelho de Azambuja, informação plenamente integrada numa plataforma ESRI do SIG da Águas da Azambuja.

Relativamente ao Sistema de Telegestão, foi realizado um acompanhamento e implementadas melhorias no Projeto, tendo sido finalizado o arranque do sistema global, com um evidente ganho na melhoria das condições de monitorização do sistema de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais.

Em articulação com o Município, foram executadas diversas obras de melhoria dos sistemas, com destaque para a execução de conduta de abastecimento de água na Zona Industrial de Vila Nova da Rainha no âmbito da construção do empreendimento logístico *Azambuja Virde Cella*, aumentando assim o caudal disponível para toda a área envolvente ao empreendimento.

A AdAz continuou o trabalho de renovação do parque de contadores, tendo substituído em 2022 um total de 1026 contadores, que representam aproximadamente 10% do parque de contadores, adequando assim a idade e as suas condições de funcionamento, quer nos pequenos contadores domésticos, quer nos grandes consumidores com soluções tecnológicas distintas.

De salientar ainda a entrada em funcionamento dos Sistemas Elevatórios de Casais de Além e Torre Penalva, assegurando desta forma uma melhoria das condições no que respeita à drenagem de águas residuais nestas localidades.

Integrada em grupos de trabalho promovidos pela AQUAPOR, a Águas da Azambuja deu continuidade à implementação de ferramentas operacionais associadas ao: Plano de Segurança da Água (AquaControl), monitorização da rede de abastecimento de água (Aquaflow) e otimizou a implementação da solução SIG na Plataforma da ESRI, acompanhando assim a evolução das melhores práticas do setor.

DESEMPENHO DO SISTEMA

Exploração do Sistema

A concessão, ao longo da sua atividade, tem conseguido implementar melhorias nos sistemas de abastecimento de água e de saneamento, cumprindo com os objetivos estratégicos da empresa.

Em 2022 e no que diz respeito ao rendimento do sistema de abastecimento, apesar das ações implementadas pela empresa, registou-se um aumento na percentagem de água não faturada, que se situou nos 20.8 %, o que representa uma variação de – 1.4% p.p. face ao ano anterior.

Volume de Água (m³)

	2020	2021	2022	Var. %
Água Aduzida	1 584 442	1 613 625	1 560 498	-3,3%
Água Vendida	1 260 372	1 254 662	1 235 589	-1,5%
Perdas % (I)	20%	22%	21%	-1,4 p.p.

(I) inclui perdas físicas, económicas e outras de carácter operacional

O volume de água aduzida ao sistema (compra em alta) diminuiu, face ao ano de 2021, em 53 127 m³, o que representa uma variação de – 3.3%. O volume faturado registou uma diminuição, no valor de 19 073 m³, representando uma variação de – 1.5% face ao ano anterior. A referida diminuição de consumo verificou-se em alguns tipos de clientes, em especial, nos clientes domésticos (- 11 261 m³) e Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia (- 22 503 m³).

No que diz respeito ao desempenho do sistema de drenagem de águas residuais domésticas, no ano de 2022 verificou-se, face a 2021, uma diminuição do volume de águas residuais entregue para tratamento à entidade gestora em alta, quantificado em 153 961 m³ (2021: 1 171 545 m³; 2022: 1 017 584 m³), representando uma variação de – 13.1% motivado pelas características do ano hidrológico e de um menor volume de água recolhido.

Em relação ao serviço prestado a clientes de recolha e transporte de águas residuais verificou-se, face a 2021, uma diminuição do volume faturado, correspondente a 18 387 m³ (2021: 923 784 m³; 2022: 905 397 m³), representando uma variação de – 2.0%.

O valor de afluências indevidas (diferença entre volume de águas residuais recolhido e faturado e o volume entregue para tratamento) registado em 2022 foi de 112 187 m³, o que corresponde a um rendimento global do sistema de 78.9 %.

PLANO DE INVESTIMENTOS / NOVAS INFRAESTRUTURAS

O plano de investimentos inicial da Concessionária encontra-se concluído na vertente de abastecimento de água desde 2019, com a conclusão da Obra FA01 / FA11, e na vertente “Outras obras a executar por indicação do Município” desde 2020 com a conclusão do sistema elevatório de Casais da Caneira, encerrando assim a execução financeira prevista no Primeiro Aditamento ao Contrato de Concessão. Continua por terminar a obra FB18 referente ao sistema interceptor da Zona Industrial de Azambuja (parcialmente executada em 2017).

Tal como referido anteriormente, este investimento está condicionado por parte da entidade em alta AdTA, na aceitação dos efluentes recolhidos no sistema interceptor no ponto de entrega de Casais de Baixo, e, por parte da IP – Infraestruturas de Portugal, na integração desta obra na empreitada de reformulação da EN3.

Manutenção do Sistema

As principais atividades de manutenção preventiva e curativa dos sistemas de abastecimento e saneamento foram asseguradas através de contrato de prestação de serviços com entidades externas:

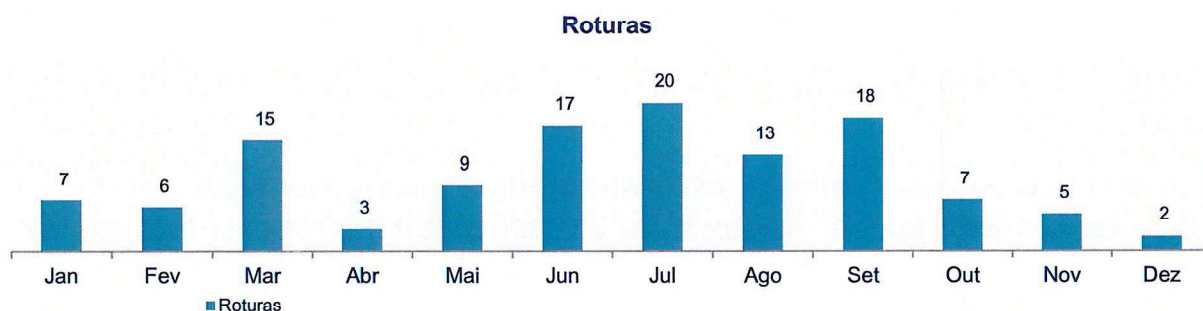
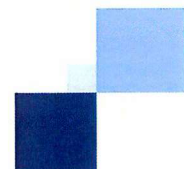
- Luságua – Serviços Ambientais S.A.: manutenção dos sistemas eletromecânicos;
- ECOIMPACT: despejo de fossas e a limpeza/desobstrução de coletores;
- Paulo Bento Construções, Lda.: manutenção da rede de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais;
- Aqualongo, Lda.: deteção ativa de perdas de água.
-

No decorrer do ano de 2022 foram reparadas 122 roturas na rede, o que significa uma diminuição de 14% face ao ano de 2021, que registou 142 roturas. Nos meses de janeiro, março e junho, realizaram-se campanhas de pesquisa ativa de fugas, tendo sido detetadas e reparadas 11 roturas não visíveis.

No quadro seguinte é apresentado o número de reparações mensais de roturas durante o ano de 2022.

Roturas

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Roturas	7	6	15	3	9	17	20	13	18	7	5	2	122



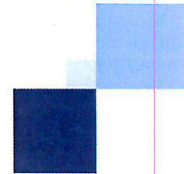
Relativamente à rede de saneamento, o número de obstruções em coletores em 2022 foi igual a 118. O reduzido número de obstruções estará, também, diretamente relacionado com a manutenção preventiva da rede de drenagem.

Obstruções

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Obstruções	9	10	12	9	8	10	11	10	12	10	7	10	118



Relativamente à limpeza de fossas, foram assegurados 787 serviços, registando-se um incremento de 1.2% face ao ano 2021 (com 778 limpezas). O aumento progressivo do número de serviços registado desde 2018 resulta também da implementação do novo tarifário na área do saneamento, aplicável a todos os clientes domésticos.



Sistema de Controlo da Qualidade da Água para Consumo Humano

A atividade de monitorização da qualidade da água desenvolveu-se de acordo com o programa de controlo da qualidade da água (PCQA), que compreende a vertente de controlo legal como entidade gestora em alta e em baixa, aprovado pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) assim como a vertente de controlo operacional.

O programa de controlo da qualidade da água (entidade gestora em baixa e em alta) para 2018, estabelecido de acordo com o Decreto – Lei nº 306/2007 de 27 de agosto e o Decreto-Lei n.º 152/2017 de 07 de dezembro, foi totalmente cumprido mediante a realização de 114 Controlos de Rotina 1 (CR1), 42 controlos de Rotina 2 (CR2) e 11 Controlos de Inspeção (CI).

Durante o ano de 2022 foi registado 1 incumprimento, num total de 1135 determinações regulamentares. Relativamente ao incumprimento verificado, e tendo em conta os resultados em conformidade obtidos nas análises de verificação (contra-análises), importa esclarecer que a origem dos mesmos deverá estar relacionada com a rede predial de abastecimento de água dos edifícios / instalações onde foram recolhidas as amostras (e não com a rede pública de abastecimento de água), conforme evidenciado na contra análise realizada.

Em 2022 foram monitorizados 115 pontos de amostragem, tendo sido assegurada a rotatividade e a distribuição pelas 9 zonas de abastecimento existentes, para além do ponto de entrega em alta ao município do Cadaval.

Os pontos selecionados abrangeram locais públicos e clientes particulares, designadamente escolas, jardins-de-infância, lares de idosos, espaços públicos, restaurantes, cafés e alojamentos, estes últimos selecionados a partir do sistema de informação e gestão de clientes (AQUAMATRIX).

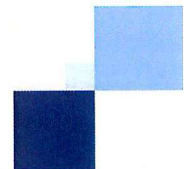
De salientar que no ciclo anual de avaliação promovido pela Entidade Reguladora (ERSAR), referente ao ano 2021 e publicado em 2022, no que se refere à qualidade da água fornecida à população, o indicador que avalia a água controlada e de boa qualidade, “% Água Segura” situa-se nos 99,82%, o que se traduz num excelente desempenho, de acordo com a avaliação da ERSAR.

Imagem e comunicação

Em 2022 a empresa continuou a realizar campanhas de divulgação da sua atividade, no sentido de promover a confiança e satisfação dos seus clientes. Neste sentido realizou campanhas de divulgação em jornais locais relativos à eficiência ambiental, água segura e apoio solidário a uma instituição do concelho.

Destaque ainda para a participação no *Dia no Campo*, iniciativa onde foram potenciadas as mensagens de racionalização do uso da água e de consumo de água da torneira junto da população mais nova do Concelho de Azambuja.

No âmbito de projetos de solidariedade, manteve a parceria com a Associação de Solidariedade Social Casa do Pombal, uma IPSS com sede na freguesia de Aveiras de Cima, que acolhe crianças em risco para a qual contribuiu com donativos que contaram com a participação de 6238 clientes, através da adesão ao débito direto e/ou à fatura eletrónica.



Área Comercial

Em 2022 registou-se, face ao ano anterior, um aumento de 80 clientes na área do abastecimento de água e, relativamente ao serviço de drenagem de águas residuais, um aumento de 108 clientes.

Durante o ano de 2022 foram construídos 57 ramais de água e 31 ramais de saneamento, na sequência de pedidos de ligação à rede (não contempla os ramais construídos no âmbito do Plano de Investimentos).

A Águas da Azambuja celebrou 946 novos contratos de fornecimento de água, associados, em grande parte, à dinâmica do mercado de aluguer de habitação. Face ao ano de 2021 regista-se um aumento de +12.9% no número de novos contratos celebrados.



Baixas de Fornecimento

No decurso do ano 2022, a Águas da Azambuja registou 866 rescisões de contrato de fornecimento o que resulta, tendo em conta o número de novos contratos (946) numa variação total de 80 clientes.

Suspensões de fornecimento

Relativamente a suspensões de fornecimento por falta de pagamento (controlo de cobranças), ocorreram 356 suspensões no fornecimento, uma diminuição de 6.1 % face a 2021 (com 379 suspensões de serviço).

Campanha de Substituição de Contadores

Durante o ano de 2022 foram substituídos 1 026 contadores (aproximadamente 9.9 % do parque de contadores) registando-se, a dezembro de 2022, uma idade média do parque de contadores de 7 anos.

Vendas e Prestações de Serviços

	2020	2021	2022	Var. %
Venda de Água	1 792 214	1 796 169	1 832 574	2%
Taxa de Disponibilidade	675 327	688 641	723 656	5%
Total Vendas de Água + Taxa Disp.	2 467 541	2 484 810	2 556 230	3%
Tarifa de Utilização de Saneamento	1 248 951	1 184 517	1 214 756	3%
Ramais Domiciliários (Água)	35 047	35 750	55 254	55%
Ramais Domiciliários (Saneamento)	40 754	26 525	20 098	-24%
Outros Serviços	168 045	150 630	289 218	92%
Total das Prestações de Serviços	1 492 797	1 397 422	1 579 325	13%
Total de Volume de Negócios	3 960 338	3 882 232	4 135 555	7%

Em termos de faturação, a empresa atingiu um volume de negócios de 4.135.555 Euros

Tipo de Cliente

	Volume Vendido (m3)	Peso no Total (%)	Valor da Venda (€)	Tarifa Média (€)	Nº de Clientes	Peso no Total (%)
Doméstico	759 676	61%	877 145	1,15	8 844	85%
Comércio e Indústria	275 425	22%	724 239	2,63	1 023	10%
Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia	149 855	12%	168 965	1,13	253	2%
Instituições de Utilidade Pública	50 633	4%	62 226	1,23	261	3%
Total	1 235 589		1 832 574		10 381	

A dezembro de 2022 os clientes do tipo “Doméstico” (8 844) representam a larga maioria dos clientes, com 85% do total de contratos existentes (10.381), seguindo-se os clientes do tipo “Comércio e Indústria” (1 023) que representam 10,0% do universo de clientes. No entanto, no que toca à distribuição do volume de água vendido por tipo de cliente, a diferença diminui, com os clientes do tipo “Doméstico” a representar 61% do volume fornecido (759.676 m³) e os do tipo “Comércio e Indústria” 22% (275.425). Como seria expectável, no que toca ao valor de venda (faturação associada à tarifa volumétrica), a diferença entre os dois tipos de clientes volta a diminuir substancialmente, verificando-se que os clientes do tipo doméstico correspondem a 47% (862.548 €) e o “Comércio e Indústria” a 39,8% do volume de venda (724.239 €).

Em média, verifica-se um consumo 9.92 m³ por cliente e por mês. No que toca à capitação associada a clientes domésticos, verifica-se um consumo médio de 7.16 m³ por cliente e por mês.

Formas de Pagamento

Apresenta-se, na tabela seguinte, a distribuição no número de pagamentos de faturas pelos vários canais de pagamento disponibilizados a clientes. Face ao ano de 2021 o número de pagamentos efetuados na loja da empresa aumentou cerca de 5%, representando 9% do total (11.294 pagamentos). O meio de pagamento com maior representatividade – recolhe a preferência de 48% dos clientes – é o Multibanco, que apresenta um aumento, por comparação com 2021 (58.532), de 955 pagamentos (+2.0 %); O Débito em conta, em 2022 foi o segundo canal mais utilizado apresentando um crescimento de 1.274 pagamentos (+3%) representando no total uma percentagem de 38%.

Modalidade de Pagamento	2020	2021	2022	Var. %
Loja	11 849	10 798	11 294	5%
Débito em Conta	44 548	45 545	46 819	3%
Payshop	7 712	6 234	5 816	-7%
Multibanco	55 411	58 532	59 487	2%
Total	122 294	119 520	123 416	

6.7. ORGANIZAÇÃO, PROCESSOS E SISTEMAS

Organização e Processos

No que respeita aos aspetos organizacionais e de procedimentos, a empresa encontra-se estabilizada no modelo definido para a gestão e manutenção das infraestruturas de água e águas residuais, em conjunto com a fiscalização e acompanhamento das Obras que fazem parte do Plano de Investimentos.

A este respeito, salientamos novamente o trabalho desenvolvido ao nível do cadastro técnico e comercial, que permite um elevado nível de conhecimento das infraestruturas e dos utilizadores. Em termos gerais, a Concessão engloba 10 381 contratos ativos a 31 dezembro de 2022.

Apresenta-se de seguida um breve resumo das infraestruturas em serviço.

	2022	2021	2020
Infra-Estruturas	<i>nº/ km</i>	<i>nº/ km</i>	<i>nº/ km</i>
Rede de Abastecimento de Água	328	295	295
Rede de Saneamento	147	143	143
Reservatórios	18	18	18
Estações Elevatórias de Abastecimento	8	7	7
Estações de Tratamento de Águas Residuais	22	22	22

Relações com o Concedente e com outros interessados no desempenho da Sociedade

O relacionamento entre a empresa e o Município de Azambuja tem sido muito positivo e de grande proximidade permitindo ultrapassar as situações decorrentes do normal funcionamento e atribuições da Concessão, tanto a nível da operação de infraestruturas assim como no relacionamento com os clientes e outras entidades interessadas.

A este nível é de realçar o contacto próximo com as Juntas de Freguesia, as entidades gestoras em alta Águas do Vale do Tejo e Águas do Tejo Atlântico, Autoridade Concelhia de Saúde e Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.

6.8. ANÁLISE ECONÓMICO – FINANCEIRA

NOTA INTRODUTÓRIA:

A análise económica e financeira que se apresenta de seguida sintetiza os resultados alcançados pela Águas da Azambuja, S.A., no exercício de 2022, bem como a situação patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2022.

A leitura deste capítulo deve ser feita em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas a este relatório.

6.9. ANÁLISE DE GASTOS E RENDIMENTOS

A empresa registou, no ano de 2022, um resultado líquido de 599.080euros.

Demonstração dos Resultados	<i>(em euros)</i>			
	2020 reexpresso	2021	2022	Var. %
Vendas	2 467 541	2 484 810	2 556 230	3%
Prestações de Serviços	1 492 797	1 397 422	1 579 325	13%
Volume de Negócios	3 960 338	3 882 232	4 135 555	7%
CMVMC	945 439	981 822	1 026 560	5%

Fornecimentos e Serviços Externos	1 432 537	1 489 243	1 408 786	-5,4%
Gastos com o Pessoal	290 350	324 544	344 311	6,1%
Outros Resultados Operacionais	(33 521)	(70 198)	(27 116)	61%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)	1 258 490	1 016 424	1 328 782	31%
Amortizações	386 906	387 725	410 831	6%
Resultado operacional (RO)	871 584	628 700	917 951	46%
Resultados Financeiros	(178 230)	(151 400)	(142 894)	6%
Resultados Antes de Impostos	693 354	477 300	775 057	62%
Imposto Sobre o Rendimento	161 516	179 097	175 977	-2%
Resultado Líquido do Exercício	531 838	298 203	599 080	101%

EBIT (Resultado Operacional)

O EBIT (Resultado Operacional) registou um resultado positivo de 917.951 euros. Os rendimentos operacionais no montante total de 4.402.830 euros superaram os gastos operacionais que atingiram os 3.484.878 euros

O volume de negócios cresceu 7% essencialmente por via de um aumento das Prestações de Serviços.

Resultado Financeiro

A vertente financeira registou uma melhoria de 6% com um resultado negativo de 143 mil euros, explicado pelos reembolsos efetuados em 2022.

6.10. ANÁLISE DO BALANÇO

Balanço

(em euros)

	2020 reexpresso	2021	2022	Var. %
Ativo				
Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis	7 628 680	7 475 541	7 350 897	-2%
Outros	280 098	335 416	537 452	60%
Total dos Ativos não Correntes	7 908 778	7 810 956	7 888 349	1%
Créditos a receber	1 790 481	1 364 071	727 160	-47%
Diferimentos	68 441	8 554	3 912	-54%
Outros	1 560 356	1 990 086	2 032 274	2%
Total dos Ativos Correntes	3 419 277	3 362 710	2 763 346	-18%
Total do Ativo	11 328 056	11 173 666	10 651 696	-5%
Capital Próprio	3 065 366	3 363 569	3 962 649	18%
Financiamentos Obtidos	4 474 847	3 939 374	2 458 690	-38%

Dividas a pagar	407 776	386 376	386 376	0%
Outros	1 444 506	1 553 803	1 663 100	7%
Total dos Passivos não Correntes	6 327 129	5 879 553	4 508 166	-23%
Dividas a pagar	1 598 689	1 572 978	1 209 346	-23%
Financiamentos Obtidos	336 871	357 566	971 534	172%
Total dos Passivos Correntes	1 935 560	1 930 544	2 180 881	13%
Total do Passivo	8 262 689	7 810 097	6 689 046	-14%
Total do Capital Próprio e do Passivo	11 328 055	11 173 666	10 651 696	-5%

O total do **Ativo** atingiu, no final de 2022, o montante de 10.652 mil euros.

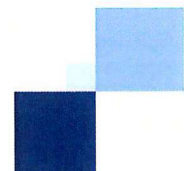
Os **Ativos não Correntes** aumentam 1% essencialmente pelo registo de Outros Ativos Financeiros.

Os **Ativos Correntes** diminuem 18% com os ajustamentos efetuados nas outras contas a receber.

O **Capital Próprio** aumenta por via da incorporação do resultado positivo verificado em 2021.

Os **Passivos não Correntes** apresentam no final de 2022, o montante de 4.508 mil euros.

A variação verificada nos **Passivos Correntes** resulta da redução do saldo de Outras Dívidas a Pagar e o aumento da dívida bancária a curto prazo.



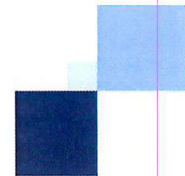
7. PERSPETIVAS PARA O FUTURO

Para o ano de 2023 foram estabelecidas as seguintes linhas fundamentais de orientação da atividade da empresa:

- Continuidade na melhoria do desempenho operacional da rede de abastecimento de água com especial enfoque na redução do volume de água não faturada e do número de falhas no abastecimento de água;
- Continuidade na melhoria do desempenho operacional da rede de drenagem de águas residuais domésticas por via da redução e controlo de afluências indevidas;
- Otimização contínua do levantamento cadastral das redes de abastecimento de água e águas residuais
- Otimização do Sistema de Telegestão;
- Utilização de nova plataforma para monitorização e acompanhamento de indicadores operacionais, com o objetivo de uma gestão mais eficiente dos sistemas;
- Aposta na melhoria contínua em todos os processos implementados na empresa;
- Promoção da confiança e satisfação dos clientes.

Numa análise de riscos e incertezas relacionados com acontecimentos ou condições que possam afetar significativamente a situação da Águas da Azambuja, referenciamos:

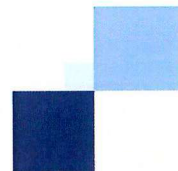
- Posicionamento das concessionárias dos sistemas multimunicipais;
- Evolução das taxas de juro e variações dos preços de energia e combustíveis;
- Retração de consumos e utilização de captações próprias;
- Alteração da legislação aplicável ao setor;
- Condicionantes externas à normal conclusão do Plano de Investimentos;
- Alterações climáticas que potenciam a escassez dos recursos hídricos e a ocorrência de eventos extremos.



8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentados os resultados das atividades desenvolvidas em 2022, o Conselho de Administração manifesta o seu elevado apreço e consideração a todos os que, direta ou indiretamente, contribuíram para os resultados obtidos, destacando:

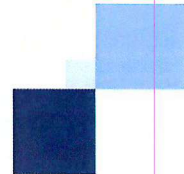
- os Colaboradores de Águas da Azambuja, pelo notável sentido de serviço e de missão que colocam nas suas atividades diárias;
- a Entidade Concedente – Câmara Municipal de Azambuja;
- os Acionistas AQUAPOR - Serviços, SA, e ECO IMPACT, S.A. pelo interesse, disponibilidade e apoio reiteradamente demonstrados no acompanhamento da empresa;
- a Entidade Reguladora pelo suporte e contributo para o desempenho da Concessionária;
- os Fornecedores, pelo esforço posto na pronta satisfação das necessidades da empresa;
- os Clientes, pela sua exigência crítica e boa colaboração;
- o Revisor Oficial de Contas e o Fiscal Único, pelo espírito interessado e positivamente crítico de que deram prova no seguimento das atividades da empresa;
- os Membros da Mesa da Assembleia Geral, pelo empenho demonstrado no exercício das suas funções.



9. OUTRAS INFORMAÇÕES

Nos termos do disposto no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais importa referir o seguinte:

- Não existem factos relevantes ocorridos após o fecho do exercício de 2022;
- Não foram adquiridas ou alienadas ações próprias durante o exercício;
- Não houve qualquer negócio entre a sociedade e os seus Administradores no exercício de 2022;
- A sociedade não tem sucursais.



10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

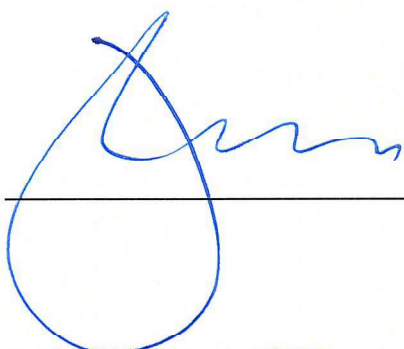
O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2022, no montante de 599.080 euros seja transferido para resultados transitados.

O Conselho de Administração

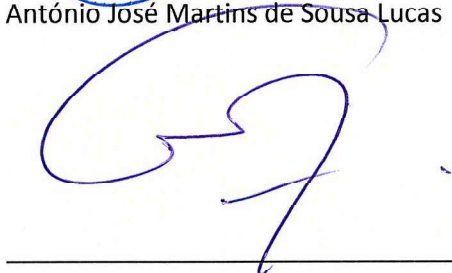
Paulo Jorge Almeida Oliveira



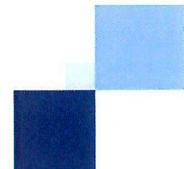
Tiago Azevedo Fernandes de Carvalho



António José Martins de Sousa Lucas



Azambuja, 8 de março de 2023



11. CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2022 E RESPECTIVO ANEXO

Águas da Azambuja, S.A.

BALANÇO

em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

Quantias em Euros

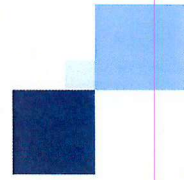
	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Ativo Não Corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	8	14 822	16 294
Ativos Intangíveis	7	7 336 076	7 459 247
Outros investimentos financeiros		3 467	2 452
Outros Ativos Financeiros	13.8	205 849	36 884
Ativos por Impostos Diferidos	12	328 136	296 080
		7 888 349	7 810 956
Ativo Corrente			
Inventários	9	23 218	40 535
Clientes	13	561 063	567 072
Estado e Outros Entes Públicos	15.1	511	-
Outros Créditos a Receber	13.2	165 586	796 999
Diferimentos	15.2	3 912	8 554
Caixa e Depósitos Bancários	4	2 009 056	1 949 551
		2 763 346	3 362 710
Total do Ativo		10 651 696	11 173 666
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital Subscrito	13.6	50 000	50 000
Outros Instrumentos de Capital Próprio	13	1 895 000	1 895 000
Reservas Legais	15.3	24 272	24 272
Resultados Transitados	15.3	1 394 297	1 096 094
Resultados Líquidos do Período	15.3	599 080	298 203
Total do Capital Próprio		3 962 649	3 363 569
Passivo			
Passivo Não Corrente			
Provisões	11	1 663 100	1 553 803
Financiamentos Obtidos	13.5	2 458 690	3 939 374
Outras Dividas a Pagar	13.4	386 376	386 376
		4 508 166	5 879 553
Passivo Corrente			
Fornecedores	13.3	566 927	472 004
Estado e Outros Entes Públicos	15.1	12 551	11 187
Financiamentos Obtidos	13.5	971 534	357 566
Outras Dividas a Pagar	13.4	629 868	1 089 786
		2 180 881	1 930 544
Total do Passivo		6 689 047	7 810 097
Total do Capital Próprio e Passivo		10 651 696	11 173 666

Conselho de Administração

Contabilista Certificado





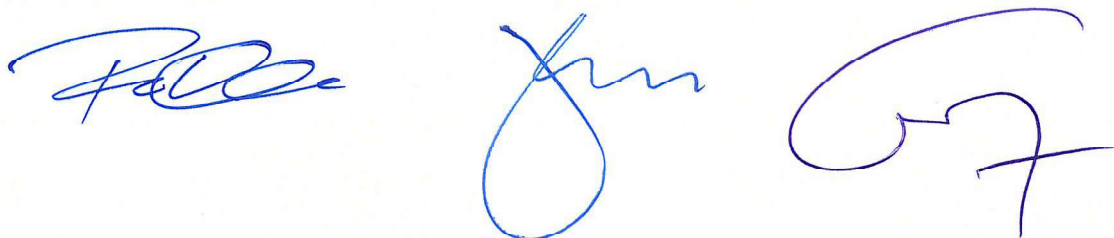


Águas da Azambuja, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA
 em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

Quantias em Euros

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e Serviços Prestados	10	4 135 555	3 882 232
Trabalhos para a Própria Entidade	15.10	6 229	3 595
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	9	(1 026 560)	(981 822)
Fornecimentos e Serviços Externos	15.4	(1 408 786)	(1 489 243)
Gastos com o Pessoal	14	(344 311)	(324 544)
Imparidade de Dívidas a Receber (Perdas/Reversões)	13.1	(13 388)	(26 670)
Provisões (Aumentos/Reduções)	11	(137 606)	(88 242)
Outros Rendimentos	15.5	261 045	146 203
Outros Gastos	15.6	(143 396)	(105 084)
Resultados antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos		1 328 782	1 016 424
Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização	15.7	(410 831)	(387 725)
Imparidade de Ativos Depreciáveis/Amortizáveis (Perdas/Reversões)			
Resultado Operacional (antes de gastos de Financiamento e Impostos)		917 951	628 700
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	15.8	31 834	3 289
Juros e Gastos Similares Suportados	15.9	(174 729)	(154 688)
Resultado antes de Impostos		775 057	477 300
Impostos sobre o Rendimento do Período	12	(175 977)	(179 097)
Resultado Líquido do Período		599 080	298 203

Conselho de Administração



Contabilista Certificado

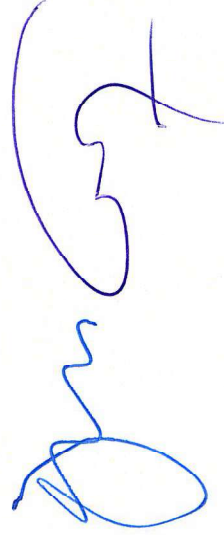


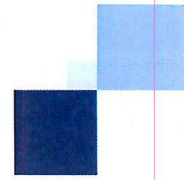
Águas da Azambuja, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
 em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

Descrição	Quantias em Euros					
	Capital Realizado	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	Total de Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	50 000	1 895 000	24 272	564 256	531 838	3 065 366
APLICAÇÃO DE RESULTADOS						
Transferência de Resultados do exercício para Resultados Transitados	-	-	-	531 838	(531 838)	-
2	-	-	-	531 838	(531 838)	-
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
3	-	-	-	-	-	-
4	-	-	-	-	298 203	298 203
5=3+4	-	-	-	-	298 203	298 203
6	-	-	-	-	-	-
7=1+2+3+4+6	50 000	1 895 000	24 272	1 096 094	298 203	3 363 569
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2021	50 000	1 895 000	24 272	1 096 094	298 203	3 363 569
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022	50 000	1 895 000	24 272	1 096 094	298 203	3 363 569
APLICAÇÃO DE RESULTADOS						
Transferência de Resultados do exercício para Resultados Transitados	-	-	-	298 203	(298 203)	-
8	-	-	-	298 203	(298 203)	-
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
9	-	-	-	-	-	-
10	-	-	-	-	599 080	599 080
11=9+10	-	-	-	-	599 080	599 080
12	-	-	-	-	-	-
13=7+8+9+10+12	50 000	1 895 000	24 272	1 394 297	599 080	3 962 649

Conselho de Administração

Contabilista Certificado

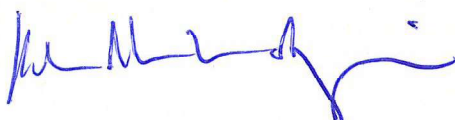
Águas da Azambuja, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

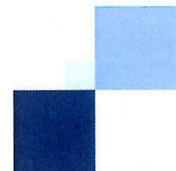
	Quantias em Euros	
	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais - método direto		
Recebimentos de Clientes	5 249 970	4 774 838
Pagamentos a Fornecedores	(3 058 474)	(3 093 157)
Pagamentos ao Pessoal	(287 392)	(198 369)
Caixa gerada pelas operações	1 904 105	1 482 774
Pagamentos/recebimentos do imposto sobre o rendimento	(448 284)	(180 162)
Outros recebimentos / pagamentos	(172 107)	(182 369)
Fluxo de caixa das atividades operacionais (1)	1 283 714	1 120 243
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos Intangíveis	(219 668)	(135 509)
Fluxo de caixa das atividades de investimento (2)	(219 668)	(135 509)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(932 816)	(495 977)
Juros e gastos similares	(71 725)	(72 611)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)	(1 004 541)	(568 589)
Variações de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	59 505	416 145
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	1 949 551
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	1 533 407
		1 949 551

Conselho de Administração



Contabilista Certificado





Águas da Azambuja, S.A.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

ANEXO

(Quantias estão expressas em Euros

exceto quando expressamente indicado de outra forma)

1. Identificação da Entidade

A Águas da Azambuja, S.A. é uma sociedade anónima constituída em 10 de março de 2009, em resultado da adjudicação do Concurso Público Internacional lançado pelo Município de Azambuja em abril de 2007, que tem por objeto a exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de distribuição de água e de recolha e de rejeição de águas residuais em sistemas unitários e separativos na área do Município de Azambuja.

A Empresa tem a sua sede na Rua Teodoro José Silva – Edifício Atrium Azambuja, 37 – Azambuja, Portugal.

O capital da Empresa é detido maioritariamente pela Aquapor – Serviços, S.A. (74,98%), com sede em Lisboa. O restante capital é distribuído da seguinte forma:

- Luságua – Serviços Ambientais, S.A. - 0,01%;
- Luságua Alcanena – Gestão de Águas, S.A. - 0,01%;
- Eco Impact, S.A. - 25%.

Atividade Concessionada

Em 11 de maio de 2009 foi celebrado o Contrato de Concessão entre o Município de Azambuja e a Águas da Azambuja, S.A., pelo prazo de 30 anos e mediante uma renda total de 1.015.725 Euros. Após a assinatura do Contrato, e durante um período de 60 dias, decorreu o designado “Período de Transição” onde se procedeu ao diagnóstico e reconhecimento do funcionamento dos Serviços Municipais.

O arranque da fase de exploração (Período de Funcionamento Normal), teve início no dia 11 de julho de 2009. Após esta data a responsabilidade da gestão técnica, operacional e administrativa do sistema municipal passou para a Águas da Azambuja.

Nos termos do Contrato, a propriedade de todos os bens, infraestruturas, instalações e equipamentos (com exceção dos stocks de consumíveis e substituíveis do equipamento básico, do equipamento de transporte, do equipamento administrativo e das ferramentas utensílios integrados nos Sistemas e ou afetos), reverterão para o Concedente no final do contrato sem qualquer encargo para este, e em perfeito estado de funcionamento e manutenção, tendo como consideração o desgaste decorrente dos anos de serviço efetuado.

No início desta concessão, parte das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços objeto do contrato de concessão já existia e são propriedade da Concedente. Adicionalmente, a Empresa tem a obrigação de realizar todas as obras necessárias à execução do plano de investimento e a sua exploração, nomeadamente os planos de abastecimento de águas (3.731.384 Euros) e saneamento de águas residuais (3.307.339 Euros).

De acordo com contrato de concessão, estas infraestruturas estão à disposição da Concessionária para os fins da concessão. Dado que a Empresa não controla estes bens (não pode alienar, onerar ou transferir) e não pagou diretamente pelos mesmos, estes ativos não são registados no Balanço da Empresa. A Empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras, um ativo intangível relacionado com o direito de utilização destas infraestruturas.

Também o valor das rendas fixas definidas para pagamento do uso destes ativos assim como o direito de explorar a concessão, qualificam para reconhecimento como parte do ativo intangível a reconhecer no início da concessão e que constitui o direito de explorar a concessão. Estas rendas terão os seguintes valores: 1º ano: 208.782 Euros; 2º ano: 104.391 Euros; 3º ano: 83.512 Euros; 4º ano: 62.635 Euros; 5º ano e seguintes: 21.400 Euros (montantes que serão atualizados anualmente com base no IPC).

Em junho de 2011 foi apresentado ao Município um pedido de reequilíbrio da Concessão por força de alterações legislativas significativas, nomeadamente a publicação do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, cujo prazo de adaptação terminou a 20 de agosto 2012, e de condicionantes várias relativamente ao Caso Base anexo ao Contrato de Concessão. Este pedido resultou num processo negocial mais alargado de revisão do Contrato de Concessão iniciado em janeiro de 2012 e que culminou em dezembro de 2012 na estabilização da Minuta de Aditamento e no seu envio à Entidade Reguladora em fevereiro de 2013 para a obtenção de parecer.

Com base no Parecer da ERSAR de abril de 2015, foi aprovado nos diferentes órgãos autárquicos em julho de 2015 o Primeiro Aditamento ao Contrato de Concessão. O processo de aprovação do Aditamento obteve o consentimento da Entidade Financiadora do Projeto e o visto por parte do Tribunal de Contas, tendo ficado concluído com a assinatura do mesmo a 23 de junho de 2016.

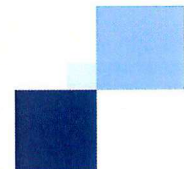
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

A Empresa faz o relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada.

Em resultado da transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, através da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, ocorreram alterações a nível das NCRF que têm aplicação obrigatória para exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016.

As demonstrações financeiras de 2022 foram preparadas usando princípios contabilísticos consistentes com o ano anterior, pelo que não existem contas, seja do balanço seja da demonstração de resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.



3. Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa mantidos de acordo com as NCRF.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Sociedade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro.

É de referir ainda que o Conselho de Administração tem vindo a acompanhar os efeitos da pandemia causada pelo surto pandémico do novo Coronavírus (SARS-CoV-2/COVID-19) e subsequentemente da pressão inflacionista que decorreu da guerra na Ucrânia, com um aumento dos fatores de produção relevantes para a atividade da empresa, nomeadamente energia, produtos químicos e atividades de reparação.

Em resultado da avaliação efetuada, e tendo por base a informação disponível na presente data o Conselho de Administração concluiu manter-se válido o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

3.2 Políticas contabilísticas

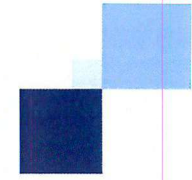
A Empresa adotou o disposto nas NCRF, e supletivamente adotou o disposto na IFRIC 12 - Acordos de Concessão de Serviços e da SIC 29 – Divulgação – Acordos de Concessão de Serviços. A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos acordos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo que tem sobre os ativos da concessão.

No âmbito da atividade concessionada, a Empresa reconheceu um ativo intangível que corresponde ao direito de utilização e de exploração das infraestruturas cedidas pelo Concedente.

Embora seja da responsabilidade da Empresa financiar a sua construção das infraestruturas, uma vez que todos os bens se destinam a integrar a concessão e passam a estar automaticamente sujeitos às cláusulas de intransmissibilidade e reversão dos ativos, não se consideram ativos controlados pela Empresa, pelo que não são reconhecidos como Ativos Fixos Tangíveis. Pela análise efetuada às condições de reequilíbrio económico-financeiro previstas no contrato de concessão, verificámos que certas condições de reequilíbrio estão diretamente associadas ao risco de procura e outras estão dependentes de decisões do Concedente ou de outras entidades associadas, e de flutuações de taxas de juro nos mercados financeiros. Desta análise concluímos que as condições de reequilíbrio funcionam como uma garantia a favor do Concedente, limitando a margem auferida pela Empresa e colocando um teto no retorno da concessão.

Por outro lado, não constitui um direito a receber do Concedente ou por conta deste, pelo que os valores investidos na concessão foram registados como um Ativo Intangível.

Tendo por base o disposto nas NCRF e supletivamente a IFRIC 12, as políticas contabilísticas adotadas pela Empresa foram as seguintes:



(a) Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo e são inicialmente valorizados ao custo de aquisição.

Subsequentemente, a Empresa decidiu manter o custo como critério de valorização.

Os Ativos Fixos Tangíveis são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

As depreciações são calculadas numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para a utilização para a finalidade pretendida, utilizando o método da linha reta.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2022	2021
Edifícios e Outras Construções	5% - 10%	5% - 10%
Equipamento Básico	12,50%	12,50%
Equipamento de Transporte	25%	25%
Equipamento Administrativo	10% - 33,33%	10% - 33,33%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	12,50%	12,50%

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as depreciações é coincidente com o custo.

Os métodos de depreciação, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e., o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

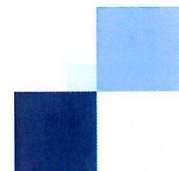
O gasto com depreciações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos / Reversões de Depreciação e Depreciação.

Os custos de desmantelamento e remoção de bens do ativo fixo tangível e os custos de restauração do local onde estes estão localizados, em cuja obrigação se incorre quando os bens são adquiridos ou como consequência de terem sido usados durante um determinado período para finalidades diferentes da produção de inventários, fazem parte do custo do ativo fixo tangível correspondente e são amortizados no período de vida útil dos bens a que respeitam.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.



Os Ativos Fixos Tangíveis em Curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

Imparidade

A Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar com imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, é estimada a quantia recuperável do ativo (que é a mais alta entre o justo valor do ativo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso) e reconhecem nos resultados do exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico.

Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;
- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo;
- A quantia escriturada dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence, planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;
- Existe evidência nos relatórios internos que indica que o desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.

Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

(b) Ativos Intangíveis

Ativos Intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo. Os intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração de resultados no ano em que o gasto é incorrido.

Após o reconhecimento inicial os Ativos Intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos Ativos Intangíveis são avaliadas entre finitas ou indefinidas.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis indefinidas não são amortizados, mas são testados quanto à imparidade independentemente de haver ou não indicadores de que possam estar em imparidade.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na alínea a) Ativos Fixos Tangíveis.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

Para um Ativo Intangível com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e., o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método da linha reta, exceto para os Direitos de Concessão em que o método utilizado é o método das Unidades de Produção (caudais de água).

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2022	2021
Propriedade Industrial	33,33%	33,33%
Direito de Concessão	5,55%	5,34%
Outros Ativos Intangíveis – Reversíveis (*)	5,55%	5,34%

• A taxa de amortização utilizada é calculada tendo em consideração caudais do ano/caudais estimados para o remanescente do contrato de concessão

O gasto com amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Ativos Intangíveis:

(b.1) Propriedade Industrial

Nesta rubrica encontra-se refletida a aquisição de um software para a realização de desenho de plantas, relativamente ao qual existe o direito exclusivo de utilização.

A depreciação é efetuada de acordo com o Decreto-Lei 25/2009.

(b.2) Direitos de Concessão relacionados com a atividade concessionada

Para os bens (que se materializarão em direitos de utilização de infraestruturas – IFRIC 12) com vidas úteis superiores ao período da concessão, as depreciações de investimentos iniciais ou os que venham a ser posteriormente aprovados ou impostos pelo Concedente e que materializem em expansão ou modernização das obrigações iniciais, deverão normalmente fazer-se pelo prazo da concessão. No entanto, os investimentos adicionais de expansão ou modernização, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, e que apresentam valor residual darão lugar a uma indemnização equivalente ao valor ainda não amortizado à data do fim da concessão.

As depreciações são calculadas pelo método das Unidades de Produção, isto é, pela depreciação dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de faturados nesse exercício e os caudais a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade.

(c) Ativos e Passivos por Impostos Diferidos e Imposto sobre o Rendimento do Período

(c.1) Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

Os Ativos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos ativos e passivos da Empresa.

Os Ativos por Impostos Diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os Passivos por Impostos Diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos Ativos e Passivos por Impostos Diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço e
- Reflete as consequências fiscais que se seguem da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

(c.2) Imposto sobre o Rendimento

O Imposto sobre o Rendimento do Período engloba os impostos correntes e diferidos do exercício.

O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor.

A Empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21%, acrescida da Derrama até à taxa máxima de 1,5% sobre o Lucro Tributável, de onde resulta uma taxa agregada máxima de 22,5%. Quando o lucro do exercício se situa entre 1,5 e 7,5 milhões de Euros é aplicada uma taxa de Derrama Estadual de 3%, passando esta a 5% quando aquele seja entre 7,5 e 35 milhões de Euros, acima deste valor a taxa é de 9% o que resulta numa taxa agregada máxima que poderá variar entre os 22,5% e os 31,5%.

Nos termos da legislação em vigor as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras.

A Empresa está sujeita, desde 2009, ao Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS). O valor do imposto corrente, positivo ou negativo, é calculado por cada empresa filial com base na sua situação fiscal individual e imputado à sociedade dominante. Os resultados positivos ou negativos, que resultam dos ajustamentos de consolidação fiscal são da responsabilidade da empresa dominante.

(d) Inventários

A valorização dos inventários e os respetivos métodos de custeio são os seguintes:

	Valorização	Métodos de Custeio
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Custo de aquisição (*)	Custo médio

(*) - ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo

O custo dos inventários inclui:

- Custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);
- Custos de conversão (mão de obra e gastos gerais de produção);
- Outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condições pretendidos;

- Variações de justo valor, no caso de os inventários terem associados a si instrumentos derivados de cobertura (§37 b) da NCRF 27).

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de aquisição ou de produção, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, a qual é revertida quando deixam de existir os motivos que a originaram.

Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos necessários para efetuar a venda. As estimativas tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.

(e) Ativos e Passivos Financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

A Empresa não tem registado à data de 31 de dezembro de 2021 quaisquer ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor.

(e1) Ao custo amortizado

São mensurados “ao custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

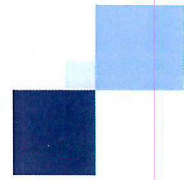
O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

(i) Clientes e outros créditos a receber

Os saldos de clientes e outros créditos a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.



(ii) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além da Caixa e Bancos, também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Financiamentos Obtidos do Balanço.

(iii) Fornecedores e outras dívidas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

(e2) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria “ao custo amortizado” são incluídos na categoria “ao justo valor” com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registado em resultados nas rubricas “Perdas por reduções de justo valor” e “Ganhos por aumentos de justo valor”.

(e3) Imparidade de ativos financeiros

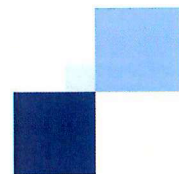
Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).



(e4) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

(f) Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

(g) Diferimentos Ativos e Passivos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

(h) Rubricas dos Capitais Próprios

(h.1) Capital Realizado

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

(h.2) Reservas Legais

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do Capital Social.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no Capital Social (art.º 296 do CSC).

(h.3) Resultados Transitados

Esta rubrica inclui os resultados realizados disponíveis para distribuição aos acionistas.

(i) Provisões

Esta conta reflete as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de

desconto antes dos impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não reflete riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustados.

Seguem-se algumas especificidades relativas a algumas Provisões:

(i.1) Provisões para Investimentos de Substituição

Esta rubrica inclui uma provisão para investimentos de substituição. A empresa vai reconhecendo nas suas contas, o montante a utilizar no futuro, para a reparação e reposição em bom estado de todos os seus equipamentos.

(j) Financiamentos Obtidos

Os financiamentos estão valorizados ao custo amortizado. Os financiamentos para os quais existe cobertura de taxa de juro fixa incluem também as variações de justo valor (§37 b) da NCRF 27).

Nos financiamentos para os quais existe cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, o respetivo derivado é apresentado em Outros Passivos Financeiros.

(l) Efeito das alterações das taxas de câmbio

As transações em moeda estrangeira são convertidas para Euro às taxas nas datas das transações.

Os saldos que se mantenham em dívida no final do ano são convertidos à taxa de fecho e o diferencial é reconhecido em resultados.

(m) Rédito

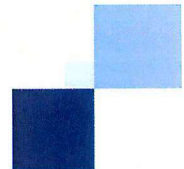
O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui imposto sobre o Valor Acrescentado e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

Quando o preço da venda dos produtos inclui uma quantia identificável de serviços subsequentes, essa quantia é diferida e reconhecida como rédito durante o período em que o serviço é executado.

Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade, e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Tenham sido transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Não se mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.



O rédito das Prestações de Serviços é reconhecido quando o desfecho da transação pode ser fiavelmente estimado o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- A quantia de rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- É provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço pode ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação podem ser fiavelmente mensurados.
- O rédito da atividade concessionada é reconhecido de acordo com o preconizado na NCRF 20 – Rédito.

(n) Gastos com o Pessoal

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados independentemente da data do seu pagamento.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Gastos com o Pessoal.

(n.1) Férias e Subsídio de Férias

De acordo com a legislação laboral em vigor os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte o qual se encontra refletido na rubrica “Outras Dívidas a Pagar”.

(n.2) Benefícios de Cessação de Emprego

A Empresa reconhece um passivo e um gasto por Benefício de Cessação de emprego quando já se comprometeu de forma demonstrável a:

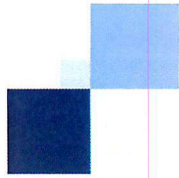
- Cessar o emprego de um empregado ou grupo de empregados antes da data normal de reforma; ou
- Proporcionar benefícios de cessação como resultado de uma oferta feita a fim de encorajar a saída voluntária.

Considera-se que a Empresa já se comprometeu de forma demonstrável quando tem um plano formal pormenorizado para a cessação e não exista possibilidade realista de retirada e quando o plano inclua, como mínimo:

- A localização, a função, e o número aproximado de empregados cujos serviços estão para ser cessados;
- O benefício de cessação para cada classificação ou função de emprego; e
- Momento em que o plano será implementado.

Os Benefícios de Cessação de Emprego são reconhecidos como um gasto imediatamente e sempre que se vencem a mais de 12 meses após a data do balanço são mensurados pelo valor descontado.

No caso de ofertas feitas para encorajar a saída voluntária, a mensuração dos Benefícios de Cessação de Emprego é baseada no número de empregados que se espera que aceitem a oferta.



(o) Ativos e Passivos Contingentes

Um Ativo Contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os Ativos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um Passivo Contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade,

ou

- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:
 - Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, ou
 - A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

(p) Eventos subsequentes

Os eventos subsequentes que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

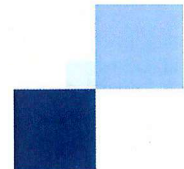
3.2 Juízos de valor

(a) Vidas úteis dos Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização / depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos setores em que a Empresa opera.



(b) Impostos Diferidos Ativos

São reconhecidos Impostos Diferidos Ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta o contexto de crise e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário julgamento por parte da Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos tendo em conta:

- A data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e
- As estratégias de planeamento fiscal futuro.

3.3 Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível.

Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

(a) Imparidade de Ativos Não Financeiros

A imparidade ocorre quando o valor contabilístico de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável a qual é a mais alta entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso.

O cálculo do justo valor menos os custos de vender é baseado na informação que existe de contratos já firmados em transações de ativos similares, com entidades nas quais não existe relacionamento entre elas, ou preços observáveis no mercado menos custos incrementais para vender o ativo.

O valor em uso é calculado com base num modelo de fluxos de caixa descontados que têm em conta um orçamento para os próximos cinco anos o qual não inclui atividades de reestruturação relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da unidade geradora de caixa que está a ser testada.

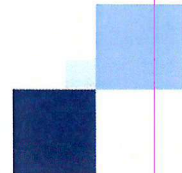
A quantia recuperável é sensível sobretudo:

- Quota de mercado durante o período orçamental
- Inflação no preço das matérias-primas
- Margem bruta
- Taxa de crescimento usada para extrapolar os fluxos de caixa para além de 5 anos
- Taxas de desconto usadas para fazer o desconto dos fluxos de caixa futuros.

(b) Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.1.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.



(c) Provisões

O reconhecimento de Provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade.

Estes fatores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo da Empresa pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4. Fluxos de Caixa

As rubricas de Caixa e Bancos no Balanço decompõem-se da seguinte forma:

	2022	2021
Caixa	1 709	1 269
Depósitos à Ordem	2 007 347	1 948 282
	2 009 056	1 949 551

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o exercício corrente não houve qualquer alteração às NCRF em vigor, pelo que não foi adotada nenhuma nova norma contabilística. Por outro lado, a Empresa não procedeu voluntariamente a qualquer alteração de política contabilística durante o exercício corrente.

A nível de estimativas contabilísticas, não houve também qualquer alteração com efeitos nem no período corrente nem em futuros períodos.

6. Partes Relacionadas:

As entidades relacionadas da Empresa são as seguintes:

Nome	Atividade	Localização
<i>Aquapor Serviços</i>	Gestão de Participações	Lisboa
<i>Luságua Serviços Ambientais</i>	Tratamento de Águas Residuais	Prest. Serviços em vários locais do Continente
<i>Eco Impact</i>	Limpeza, recolha, transporte e valorização de resíduos	Batalha
<i>Construções Pragosa</i>	Obras de construção civil	Batalha
<i>Ecobrejo</i>	Gestão de resíduos e do ambiente	Batalha
<i>Luságua Lisboa</i>	Distribuição de Água	Lisboa
<i>Águas de Alenquer</i>	Distribuição de Água	Alenquer

A empresa-mãe é a Aquapor – Serviços S.A, com sede em Lisboa, que detém uma participação direta na Águas da Azambuja, S.A. correspondente a 74,98% do capital.

A natureza do relacionamento com as partes relacionadas é a seguinte:

Parte relacionada	Natureza do Relacionamento	
	Serviços que a Águas da Azambuja presta / Transações que presta	Serviços que a Águas da Azambuja recebe / Transações que recebe
Aquapor Serviços	-	Assistência técnica, aluguer de equipamento, rendas de viaturas e apoio comercial.
Luságua Serviços Ambientais	-	Análises de laboratório e trabalhos de manutenção.
Ecobrejo	-	Assistência técnica.
Construções Pragosa	-	Obras de Construção Civil.
Eco Impact	-	Recolha e transporte de resíduos.
Luságua Lisboa	Material Hidráulico	-
Águas de Alenquer	Material Hidráulico	-

A quantia das transações e os saldos pendentes de partes relacionadas são os indicados no quadro seguinte:

Empresa	Ano	Prestações Serviço	Compras de Serviços	Contas a Receber	Contas a pagar
Aquapor Serviços	2022		138 575		244 157
	2021	-	138 351	-	596 633
Luságua Serviços Ambientais	2022		43 154	-	8 508
	2021	-	35 472	-	5 780
Eco Impact SA	2022		178 575	-	17 172
	2021	(16 414)	-	6 681	18 250
Construções Pragosa	2022	-	-	-	-
	2021	-	168 033	-	25 600

As remunerações da pessoal chave da gestão da Empresa encontram-se discriminadas no quadro seguinte:

	2022	2021
Total de benefícios de curto prazo dos empregados	78 211	74 325
Total de remunerações	78 211	74 325

7. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período é a seguinte:

	Direitos de Concessão	Propriedade Industrial	Outros	Intangíveis em curso	Total Ativos Intangíveis
Custo:					
1 de Janeiro de 2021	8 012 052	1 164	862 031	454 849	9 330 096
Aquisições	207 355	-	-	27 230	234 585
Transferências	431 453	-	23 396	(454 849)	-
31 de Dezembro de 2021	8 650 860	1 164	885 428	27 230	9 564 682

Aumentos	133 958	-	-	116 190	250 148
Transferências	101 045	-	-	(65 842)	35 203
31 de Dezembro de 2022	8 885 863	1 164	885 428	77 578	9 850 033

	Direitos de Concessão	Propriedade Industrial	Outros	Intangíveis em curso	Total Ativos Intangíveis
Amortizações e Imparidade:					
1 de Janeiro de 2021	1 457 252	1 164	262 090	-	1 720 506
Amortizações	352 441	-	32 489	-	384 930
31 de Dezembro de 2021	1 795 011	1 164	309 261	-	2 105 436
Amortizações	377 349	-	31 173	-	408 522
31 de Dezembro de 2022	2 172 360	1 164	340 434	-	2 513 958
Valor líquido contabilístico:					
A 31 de Dezembro de 2022	6 713 503	-	544 994	77 578	7 336 076
A 31 de Dezembro de 2021	6 855 849	-	576 167	27 230	7 459 247
A 1 de Janeiro de 2021	6 554 799	-	599 942	454 849	7 609 590

Parte do saldo da rubrica 'Ativo Intangível – Direito de Concessão' é referente ao Direito de Concessão detido pela empresa e tem como contrapartida a rubrica 'Outros Credores – Município de Azambuja'.

8. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período é a seguinte:

	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos	Imobilizações em curso	Total Ativos Tangíveis
Custo:						
1 de Janeiro de 2021	57 259	-	72 301	24 196	677	154 433
Transferências	-	15 242	677	(15 242)	(677)	-
31 de Dezembro de 2021	57 259	15 242	72 977	8 954	-	154 433
Aumentos	-	-	837	-	-	837
31 de Dezembro de 2022	57 259	15 242	73 815	8 954	-	155 270
Amortizações e Imparidade:						
1 de Janeiro de 2021	57 259	-	67 341	10 742	-	135 343
Amortizações	-	1 000	1 611	184	-	2 795
Transferências	-	2 313	-	(2 313)	-	-
31 de Dezembro de 2021	57 259	3 314	68 952	8 612	-	138 138
Amortizações	-	979	1 147	184	-	2 309
31 de Dezembro de 2022	57 259	4 293	70 099	8 796	-	140 447
Valor líquido contabilístico:						
A 31 de Dezembro de 2022	-	10 949	3 716	158	-	14 822
A 31 de Dezembro de 2021	-	11 928	4 025	342	-	16 294
A 1 de Janeiro de 2021	-	-	4 960	13 454	677	19 090

Os compromissos à data do balanço que a Empresa apresenta com contratos de aluguer operacional, para cada categoria de ativo, é a constante do quadro seguinte:

	2022	2021
7 Contratos de aluguer de viaturas	13 315	36 842
	13 315	36 842

O total dos futuros pagamentos da locação à data do balanço, repartidos por períodos de vencimento encontra-se detalhado no quadro seguinte:

	2022	2021
	Valor Presente	Valor Presente
Não mais de um ano	1 193	7 350
Mais de um ano e não mais de cinco anos	12 122	29 492
Total dos Pagamentos	13 315	36 842

9. Inventários

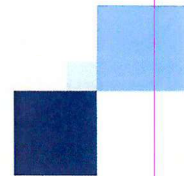
A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas encontram-se no quadro seguinte:

	2022	2021
Matérias primas, Subs. e de Consumo	23 218	40 535
	23 218	40 535

As quantias de inventários reconhecidas como gasto durante o período encontram-se nos quadros seguintes:

Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:

	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	Total
Existências em 1 de Janeiro de 2021	25 058	25 058
Compras	997 299	997 299
Existências em 31 de Dezembro de 2021	(40 535)	(40 535)
CMVMC	981 822	981 822
Existências em 1 de Janeiro de 2022	40 535	40 535
Compras	962 807	962 807
Existências em 31 de Dezembro de 2022	23 218	23 218
CMVMC	1 026 560	1 026 560



10. Rédito

O rédito discrimina-se da seguinte forma:

	2022	2021
Vendas		
Mercadorias		
Produtos Acabados e Intermédios		
Água	1 832 574	1 796 169
Quota Serviço Água	723 656	688 641
	2 556 230	2 484 810
Prestações de Serviços		
Diversos	364 569	212 905
Venda de Saneamento	1 214 756	1 184 517
	1 579 325	1 397 422
	4 135 555	3 882 232

A rubrica 'Diversos' de Prestações de Serviços engloba Abertura de Água, Ramais Água e Ramais Saneamento, Instalação, Reparação e Conservação de Contadores/Ramais, Deslocações e Outros Serviços.

O valor das vendas e prestações de serviços é referente ao mercado interno.

11. Provisões

O movimento ocorrido nas provisões, por cada provisão, encontra-se refletido no quadro seguinte:

	Provisões para Investimento de Substituição	Outras Provisões	TOTAL
A 1 de Janeiro de 2021	244 124	1 200 382	1 444 506
Reversões do ano	(27 284)	-	(27 284)
Aumentos do ano	-	115 526	115 526
Ajustamento temporal	21 055	-	21 055
A 31 de Dezembro de 2021	237 895	1 315 909	1 553 803
A 1 de Janeiro de 2022	237 895	1 315 909	1 553 803
Reversões do ano	(11 070)	-	(11 070)
Aumentos do ano	-	148 676	148 676
Ajustamento temporal	(28 310)	-	(28 310)
A 31 de Dezembro de 2022	198 515	1 464 585	1 663 100

A Rúbrica de outras provisões engloba um total de 830 milhares de euros referente a uma ação Administrativa Comum no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, proposta pela extinta Águas do Oeste contra a Águas da Azambuja no valor de 601.538 Euros motivada pelo não pagamento do diferencial entre os caudais mínimos garantidos no serviço de abastecimento de água e os caudais reais efetivamente consumidos no ano de 2011, foi declarada extinta por Sentença já transitada em julgado, na sequência da decisão da Águas de Lisboa e Vale do Tejo em anular os valores em dívida.

Encontra-se pendente a Ação Administrativa apresentada também pela mesma extinta Águas do Oeste contra a Águas da Azambuja no valor de 730.148 Euros motivada pelo não pagamento do diferencial entre os caudais mínimos garantidos no serviço de abastecimento de água e os caudais reais efetivamente consumidos no ano de 2010. Neste processo foi deduzida oposição com fundamento no facto de a Águas do Oeste não ter concluído

nessa data a sua infraestrutura de abastecimento de água no Município de Azambuja, o que impede nos termos do contrato e da legislação em vigor a aplicação dos caudais mínimos garantidos. Para além da Oposição a Águas da Azambuja apresentou ainda um pedido de reconvenção no valor de 904.431 Euros por perda de faturação motivada por atraso na conclusão das obras do Plano de Investimentos da Águas do Oeste no Município de Azambuja.

Adicionalmente encontra-se registado uma provisão para responsabilidades com o pessoal no final do contrato de concessão e um valor para custos de acerto de tarifa pela entidade gestora responsável pelo abastecimento em alta.

12. Imposto sobre o Rendimento

O Rendimento por impostos correntes é o indicado no quadro seguinte:

	2022	2021
Imposto Corrente		
IRC do ano	175 977	179 097
	175 977	179 097

Não houve lançamento de novos impostos, sendo que a taxa de IRC manteve a 21%.

A reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte:

	Base de imposto		Taxa de imposto	
	2022	2021	2022	2021
Resultado antes de impostos	775 057	477 300		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	22,5%	22,5%		
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	174 388	107 393	22,50%	22,50%
Proveitos não tributáveis				
Reversão de provisões tributadas em anos anteriores	39 379	27 284		
	39 379	27 284	(5,08%)	(5,29%)
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais				
Variações patrimoniais positivas	-	287 129		
Multas, coimas e juros compensatórios	204	11		
Provisões para além limites legais	160 803	149 221		
	161 007	436 361	(8,41%)	(24,57%)
Lucro tributável	896 685	886 377		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	21,00%	21,00%		
Imposto calculado	188 304	186 139	24,11%	39,00%
Tributação autónoma	6 279	5 656	0,77%	1,18%
Derrama	13 450	13 296	1,72%	2,79%
Efeito do aumento / reversão de impostos diferidos	(32 056)	(25 993)	(3,91%)	(5,45%)
	(12 327)	(7 042)	(1,42%)	(1,48%)
Imposto sobre o rendimento	175 977	179 097	22,69%	37,52%

As quantias de ativos por impostos diferidos reconhecidos no balanço para cada período são as indicadas no quadro seguinte:

	Contas Balanço		Contas Demonstração Resultados	
	2022	2021	2022	2021
Impostos Diferidos Ativos				
Provisões não aceites fiscalmente	328 136	296 080	(328 136)	(296 080)
Total	328 136	296 080	(328 136)	(296 080)
	(328 136)	(296 080)	328 136	296 080

13. Instrumentos Financeiros

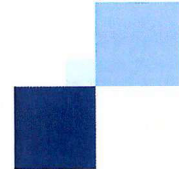
As divulgações desta nota abrangem as seguintes rubricas do Balanço:

A rubrica de Financiamentos Obtidos refere-se Contrato de Financiamento em Projet, celebrado com o Banco Caixa BI com data fim a 25 de novembro de 2025.

Instrumentos Financeiros Ativos		2022	2021
Corrente			
Clientes			
Valor Bruto		679 060	671 680
Imparidade		(117 997)	(104 609)
		561 063	567 072
Outros créditos a receber		165 586	796 999
		726 649	1 364 071

Instrumentos Financeiros Passivos		2022	2021
Não corrente			
Financiamentos obtidos		2 458 690	3 939 374
Outras dividas a pagar		386 376	386 376
		2 845 066	4 325 750
Corrente			
Fornecedores		566 927	472 004
Financiamentos obtidos		971 534	357 566
Outras dividas a pagar		629 868	1 089 786
		2 168 330	1 919 357
		5 013 396	6 245 107

Instrumentos Financeiros de Capital		2022	2021
Capital		50 000	50 000
Outros instrumentos de capital			
Prestações suplementares		1 895 000	1 895 000
		1 945 000	1 945 000



13.1 Clientes

O saldo de clientes c/c decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Total	Dívida não vencida	Dívida vencida				
			< 60 Dias	61-90 Dias	91-120 Dias	121-180 Dias	> 180 Dias
Ano 2022	679 060	466 940	84 607	6 714	10 122	2 157	108 520
Ano 2021	671 680	447 618	60 443	26 413	11 961	91 660	33 585

O movimento ocorrido na imparidade do exercício relativamente a clientes foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Reforço do Ano	Utilizações	Reversões	Saldo Final
Exercício de 2022					
Clientes	104 609	13 388	-	-	117 997
	104 609	13 388	-	-	117 997
Exercício de 2021					
Clientes	77 939	26 670	-	-	104 609
	77 939	26 670	-	-	104 609

13.2 Outros Créditos a Receber

O saldo de Outros Créditos a Receber decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2022	2021
Outros créditos a receber		
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Venda de Água	120 955	107 159
Saneamento	30 989	43 407
Devedores diversos	22	632 813
Cauções de Fornecedores	13 620	13 620
	165 586	796 999

13.3 Fornecedores

O saldo de Fornecedores decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2022	2021
Fornecedores		
Nacionais	530 382	423 917
Entidades relacionadas	51 565	48 088
Fatura receção e conferência	(15 020)	-
	566 927	472 004

13.4 Outras Dívidas a Pagar

O saldo de Outras Dívidas a Pagar decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2022	2021
Outros dívidas a pagar - não corrente		
Outros credores		
Renda de concessão	386 376	386 376
	386 376	386 376
Outras dívidas a pagar - corrente		
Fornecedores de investimento	13 229	48 631
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	45 265	41 564
Juros	24 479	174 161
Fornecimentos e serviços por facturar	86 000	110 669
Diversos	139 955	102 356
Outros credores		
Taxa Municipal RSU	102 640	137 363
Renda de concessão	10 211	26 701
Diversos	208 089	448 342
	629 868	1 089 786
	1 016 244	1 476 162

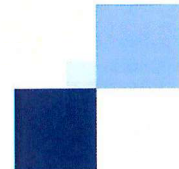
O saldo da rubrica ‘Outros Credores – Renda de Concessão’ é referente ao Direito de Concessão adquirido pela empresa, conforme respetivo Contrato de Concessão e tem como contrapartida a rubrica de Ativos Intangíveis – Direitos de Concessão.

O saldo da rubrica “Outros Credores – diversos” é referente à estimativa de imposto do exercício a pagar à Aquapor Serviços S.A. no âmbito do RETGS (Nota 15.1).

13.5 Financiamentos Obtidos

A empresa tem em carteira os seguintes financiamentos obtidos:

	2022	2021
Não correntes		
Empréstimos bancários		
CGDI	2 458 690	3 939 374
	2 458 690	3 939 374
Correntes		
Empréstimos bancários		
CGDI	971 534	357 566
	971 534	357 566



13.6 Capital Subscrito

As quantias do capital social nominal e do capital social por realizar são as indicadas no quadro seguinte:

	2022	2021
Capital social nominal emitido	50 000	50 000
Capital social nominal emitido e realizado		
Aquapor - Serviços, S.A.	37 490	37 490
Luságua - Serviços Ambientais, S.A.	5	5
Luságua Alcanena - Gestão de Águas, S.A.	5	5
Ecolmpact, S. A	12 500	12 500
	50 000	50 000

O capital social emitido é composto por 10.000 ações com um valor nominal de 5 Euros cada.

13.7 Compromissos Financeiros não incluídos no Balanço

No quadro seguinte apresentam-se as garantias bancárias detidas pela empresa a 31 de dezembro de 2022:

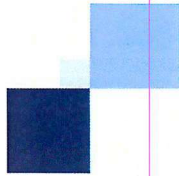
Garantia	Banco	Valor	Referência	Entidade	Motivo
2 501 002 237 093	CGD	3 500	Galp Frota	Petrogal, S.A.	Consumo Combustíveis
2594.000197.793	CGD	90 000	Obras	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Abertura de Vala Longitudinal EN366 do km 13+900 ao km 21+900
508 660	Caixa BI	1 000 000	Concessão	Município da Azambuja	Contrato de Concessão

13.8 Outros ativos financeiros

Compreende os seguintes valores:

	2022	2021
Derivados com cobertura "CAP" de taxa de juro	205 849	36 884
	205 849	36 884

Associado ao contrato de financiamento da concessão, a Águas da Azambuja, S.A. contratou em 2017 um contrato de CAP Taxa de Juro para fazer a cobertura económica dos juros, a pagar até ao final do período de reembolso do empréstimo. Nessa data o montante de prémio pago por Águas da Azambuja, S.A. foi de 171.700 euros (incluindo um reforço de 36 mil euros efetuado em 2018) e a taxa de Cap foi fixada nos 2%. A diferença na valorização do CAP a 31 de dezembro de 2022, no montante de 168.965 euros foi registada em resultados.



13.10 Riscos relativos a instrumentos financeiros

O risco financeiro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro virem a variar e de se virem a obter resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando o valor patrimonial da Empresa.

No desenvolvimento das suas atividades correntes, a Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros suscetíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- Risco de mercado
 - Risco de taxa de juro
 - Risco de taxa de câmbio
 - Outros riscos de preço
- Risco de crédito
- Risco de liquidez

A gestão dos riscos acima referidos - riscos que decorrem, em grande medida, da imprevisibilidade dos mercados financeiros – exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias aprovadas pela Administração, cujo objetivo último é a minimização do seu potencial impacto negativo no valor patrimonial e no desempenho da Empresa.

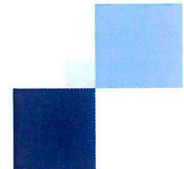
Com este objetivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e cash-flows sujeitos a situações de risco;
- Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos plurianuais.

Por regra, a Empresa não assume posições especulativas, pelo que geralmente as operações efetuadas no âmbito da gestão dos riscos financeiros têm por finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais a Empresa se encontra exposta.

A Administração define princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de liquidez, o risco de crédito e o uso de instrumentos financeiros derivados ou não derivados e o investimento do excesso de liquidez.

A gestão dos riscos financeiros - incluindo a sua identificação e avaliação - é conduzida pela Direção Financeira de acordo com políticas aprovadas pela Administração.



Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro vir a variar, devido a alterações nas taxas de juro de mercado, alterando o valor patrimonial da Empresa.

A exposição da Empresa ao risco de taxa de juro advém da existência, no seu balanço, de passivos financeiros contratados a taxa variável.

A Empresa enfrenta um risco de variação do “justo valor” desses passivos, na medida em que qualquer alteração das taxas de mercado envolve um custo de oportunidade (positivo ou negativo). Tal alteração tem um impacto direto no valor dos juros pagos, provocando consequentemente variações de caixa.

Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa de câmbio é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa de um instrumento financeiro virem a variar em resultados de alterações nas taxas de câmbio.

A Empresa não se encontra exposta ao risco de taxa de câmbio.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro originando uma perda.

A Empresa encontra-se sujeita a risco no crédito que concerne à atividade operacional – clientes, fornecedores e outras contas a receber e a pagar.

Devido ao facto de os clientes da Águas da Azambuja serem consumidores finais de água potável, as suas dívidas e subsequente crédito estão seguros pela questão dos cortes de fornecimento. Os montantes individuais são reduzidos.

14. Gastos com Pessoal

O detalhe dos Gastos com o Pessoal é o indicado no quadro seguinte:

	2022	2021
Remunerações do Pessoal	273 485	258 898
Encargos sobre Remunerações	54 757	52 601
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	3 954	3 235
Gastos de ação social	10 800	8 879
Outros gastos com o Pessoal	1 315	931
	344 311	324 544

O número médio de pessoal ao serviço da empresa em 2022 foi de 14 (2021: 14 pessoas).

15. Outras Informações

15.1 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de Estado e Outros Entes Públicos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2022	2021
Saldo a Receber		
IVA	511	-
	511	-
Saldo a Pagar		
Retenções Imposto sobre Rendimento	3 287	2 933
IVA	1 808	3 087
Contribuição para a Segurança Social	5 455	5 167
Outras Tributações	2 001	-
	12 551	11 187

A Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 passou a integrar o RETGS do Grupo, do qual a Aquapor Serviços, S.A. é a entidade dominante. Por este motivo, o montante relativo a estimativa de imposto do exercício encontra-se reconhecida como uma conta a pagar à Aquapor Serviços, S.A. uma vez que é esta entidade que faz os pagamentos por contas das Empresa do grupo inseridas no RETGS (Nota 13.4).

15.2 Diferimentos

Os gastos a reconhecer discriminam-se como segue:

	2022	2021
Gastos a reconhecer		
Seguros	1 868	-
Rendas	2 045	2 005
Outros	-	6 549
	3 912	8 554

15.3 Reservas e Resultados

A Rubrica de Reservas e Resultados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	TOTAL
Saldo em 1 de Janeiro de 2021	24 272	564 256	531 838	1 120 366
Remanescente da aplicação de Resultados	-	531 838	(531 838)	-
Resultado do ano	-	-	298 203	298 203
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	24 272	1 096 094	298 203	1 418 569
Saldo em 1 de Janeiro de 2022	24 272	1 096 094	298 203	1 418 569
Remanescente da aplicação de Resultados	-	298 203	(298 203)	-
Resultado do ano	-	-	599 080	599 080
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	24 272	1 394 297	599 080	2 017 649

Aplicação do resultado do período findo em 31 de dezembro de 2020: De acordo com a deliberação da Assembleia Geral a 30 de junho de 2021, o resultado líquido do exercício de 2020, no valor de 531.838 Euros foi transferido para resultados transitados.

Aplicação do resultado do período findo em 31 de dezembro de 2021: De acordo com a deliberação da Assembleia Geral a 10 de outubro de 2022, o resultado líquido do exercício de 2021, no valor de 298.203 Euros foi transferido para resultados transitados.

15.4 Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2022	2021
Subcontratos	423 182	455 977
Serviços Especializados		
Trabalhos especializados	742 766	741 367
Publicidade e propaganda	9 708	1 371
Vigilância e segurança	1 963	2 023
Honorários	4 378	5 000
Comissões	424	260
Conservação e reparação	30 251	57 689
Outros Serviços Especializados	13 117	13 352
Materiais		
Ferramentas e utensílios	442	946
Livros e documentação técnica	-	315
Material de escritório	1 120	1 709
Artigos para oferta	32	25
Energia e Flúidos		
Electricidade	2 758	37 548
Combustíveis	17 879	14 707
Outros Fluidos	1 051	1 102
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	980	1 459
Serviços Diversos		
Rendas e alugueres	61 271	58 956
Comunicação	37 243	37 071
Seguros	19 768	20 123
Contencioso e notariado	2 961	4 458
Despesas de representação	282	90
Limpeza, higiene e conforto	5 476	4 837
Outros	31 733	28 859
	1 408 786	1 489 243

15.5 Outros Rendimentos

A rubrica “Outros Rendimentos” decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2022	2021
Rendimentos Suplementares		
TRH	86 600	90 133
Outros	3 886	6 566
Ganhos em Inventários	-	4 381
Outros		
Correções relativas a períodos anteriores	-	16 414
Imputação de Subsídios para Investimentos	560	296
Outros não especificados	170 000	28 414
	261 045	146 203

Na rubrica de outros não especificados tem um valor de 169 milhares de euros referente ao impacto da valorização do mecanismo de proteção da taxa de juro (CAP) associado ao financiamento bancário.

15.6 Outros Gastos

A rubrica “Outros Gastos” decompõem-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2022	2021
Impostos	78 556	87 780
Dívidas incobráveis	9 975	11 522
Perdas em Inventários	4 390	4 624
Outros Não Especificados	50 475	1 157
	143 396	105 084

15.7 Gastos / Reversões de Depreciações

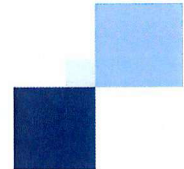
A rubrica Gastos / Reversões de Depreciações decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2022	2021
Gastos de depreciação e de amortização		
Ativos Fixos Tangíveis	2 309	2 795
Ativos Intangíveis	408 522	384 930
	410 831	387 725

15.8 Juros e Rendimentos Similares Obtidos

A rubrica Juros e Rendimentos Similares Obtidos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2022	2021
Juros Obtidos		
Atraso de pagamento de clientes	3 525	3 288
Outros Rendimentos Similares	28 310	1
	31 834	3 289



15.9 Juros e Gastos Similares Suportados

A rubrica Juros e Gastos Similares Suportados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2021	2021
Juros Suportados		
Empréstimos Bancários	81 472	68 487
Mora e Compensatórios	2	9 900
Outros	204	11
Outros Gastos e Perdas de Financiamento		
Comissões bancárias sobre empréstimos / financiamento	84 707	38 464
IPC Renda Concedente	8 262	5 439
Outros	82	32 387
	174 729	154 688

15.10 Trabalhos para a Própria Empresa

A rubrica Trabalhos para a Própria Empresa decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2022	2021
Trabalhos para a Própria Empresa		
Ativos Intangíveis	6 229	3 595
	6 229	3 595

16. Aspetos Ambientais

Em 2022 a sociedade não incorreu em encargos significativos de carácter ambiental, excetuando aqueles que se relacionam diretamente com o objeto da sua atividade.

Em 2022 não se encontra registado nas Demonstrações Financeiras qualquer passivo de carácter ambiental nem é divulgada qualquer contingência ambiental, por ser convicção da Administração que não existem a essa data obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a sociedade.

17. Acontecimentos após a data do Balanço

A data em que as demonstrações financeiras estão autorizadas para emissão é 8 de março 2023.

Estas Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão pelo conselho de Administração.

Desde 31 de dezembro de 2022 e até essa data não ocorreram quaisquer factos que não estejam já ajustados e/ou divulgados nas demonstrações financeiras.

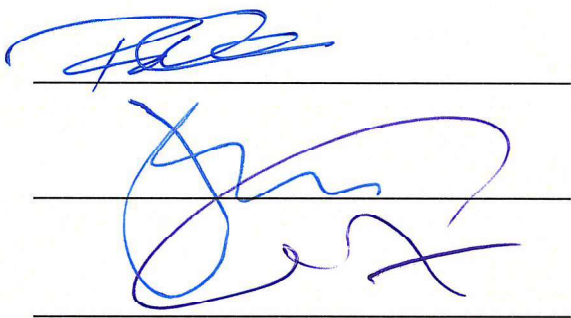
18. Divulgações exigidas por Diplomas Legais

Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66.º, 324.º, 397.º e 447.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), das disposições legais decorrentes do

Decreto-Lei n.º 328/95, de 9 de dezembro e das disposições referidas no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, importa referir que:

- a) Em obediência ao disposto no n.º 2 do artigo 324.º do CSC informa-se que a empresa não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza;
- b) Em obediência ao disposto no n.º 4 do artigo 397.º do CSC informa-se que, no decorrer de 2022, não foram efetuados quaisquer negócios entre a Empresa e membros dos seus órgãos sociais;
- c) Na Nota 1 deste relatório, é apresentada a estrutura acionista completa da Empresa. Desta forma obedece-se ao disposto nos artigos 447º do CSC;
- d) Informa-se que a empresa não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência, resultando os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2022 da retenção na fonte dos descontos e contribuições referentes ao mês de dezembro, cujo pagamento se efetuou em janeiro de 2023, nos prazos legais.

Conselho de Administração



Contabilista Certificado

